



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIA DAS ARTES
FACULDADE DE ARTES VISUAIS E MUSEOLOGIA
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

LUCAS MONTEIRO DE ARAÚJO

OS MARAJÓS EM RELATOS:
Narrativas Museais de Viajantes no século XIX

Belém, Pará
2014

LUCAS MONTEIRO DE ARAÚJO

OS MARAJÓS EM RELATOS:

Narrativas Museais de Viajantes no século XIX

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Artes Visuais
e Museologia do Instituto de Ciências da
Arte da Universidade Federal do Pará
como pré-requisito para obtenção do título
de Bacharel em Museologia.

Orientador(a): Prof. Dr. Agenor Sarraf
Pacheco

Belém, Pará
2014

LUCAS MONTEIRO DE ARAÚJO

OS MARAJÓS EM RELATOS
Narrativas Museais de Viajantes no Século XIX

Data de Aprovação: 29/12/2014.

Conceito: _____

Banca Examinadora:

PROF. DR. AGENOR SARRAF PACHECO (UFPA)
Orientador

PROF. DR. JERÔNIMO DA SILVA E SILVA (UFPA/UNAMA)
Examinador Interno

PROF. MSC. RODRIGO DE SOUZA WANZELER (FACULDADE IPIRANGA)
Examinador Externo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por permitir que estejamos hoje aqui. Sempre que a dúvida, a angústia ou qualquer pensamento negativo me abatia, eu me punha a rezar e entregava nas mãos dele minha vida. Agradeço por me guiar e me afastar de perigos, por me ensinar a amar o próximo, respeitá-lo e, acima de tudo, por me dar o exemplo, através de seu filho Jesus e de sua esposa, Maria, da conduta da simplicidade, honestidade e humildade.

Agradeço também a minha mãe, Lúcia Araújo, por ter me dado o dom da vida, por ter desistido de grande parte de suas ambições para poder me criar e, para além de qualquer coisa, por ter me dado amor incondicional. Agradeço ainda a ela por ter me ensinado a amar e conhecer a cidade em que vivo, fato que me levou a ingressar no curso de Museologia.

A meu pai, Luiz Nobrega, por sempre ter me apoiado e ajudado em qualquer projeto que visava. Por ter me mostrado a conduta profissional que gostaria de seguir, prezando pela honestidade, trabalho, ética e moral. Nunca deixou nada faltar para que concluísse minha educação, por vezes adormeceu nos aguardando finalizar um estudo, assistir um palestra ou concluir um curso.

A minha irmã Luísa Araújo, por sempre me apoiar e ajudar nos momentos de necessidades, ocasiões estas que se expressavam não somente no âmbito educacional, mas também no relacional, nossas idas a cinemas, shoppings, shows e feiras me mostraram que, às vezes, no momento de maior dificuldade, esquecer tudo e ir “curtir” a vida é melhor remédio.

Um agradecimento especial ao Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco, o qual marca um divisor de águas em minha vida acadêmica. Me guiando inicialmente em projeto de pesquisa de iniciação científica, fui por ele apresentado a um mundo encantador que perpassa pelos Estudos Culturais, pós-coloniais, museológicos, patrimoniais sempre em interfaces entre Museologia, História, Antropologia e outras áreas do saber. Agradeço a ele por sempre sanar minhas dúvidas, mostrar-me que a humildade e a simplicidade são valores que devemos prezar. Obrigado por ser este grande amigo e “pai” acadêmico.

Aos professores do curso de Museologia da UFPA com quem interagi, aprendi e aprendi a respeitar nesses 04 anos. Reconheço a competência acadêmica, associada a um espírito humano e desafiador.

Aos integrantes do Grupo de Estudos Culturais na Amazônia com quem venho interagindo desde 2012. Aprendi a respeitá-los e a tê-los como exemplo a ser seguido. A dedicação, empenho, responsabilidade e partilha na formação acadêmica são pontos fortes na trajetória de cada membro do GECA.

A todos os meus familiares e amigos por me darem as bases necessárias para que possa ter crescido e me tornado a pessoa que sou hoje. Amo minha família e amigos, sem eles não chegaria nem a metade do caminho que já trilhei. Muito obrigado.

“Ninguém ama o que não conhece”
(Lúcia Araújo)

RESUMO

Este trabalho busca analisar representações da cultura marajoara em narrativas de viajantes do século XIX. A Amazônia marajoara foi intensamente grafada por naturalistas, etnólogos, zoólogos, botânicos, dentre outros, por ser uma região detentora de um rico patrimônio natural e cultural. Buscamos ajuizar a noção conceitual de museu aos textos, entendendo que, analogamente aquela instituição, tais tomos também possuem a capacidade de se expressar enquanto experiência museológica. Indo além de relatar as aventuras dos seus autores, as narrativas contam hábitos, descrevem lugares, relatam “mitos”, “lendas”, saberes e fazeres locais. Em estudos mais aprofundados, podemos perceber ainda conflitos de percepções, laços de pertença e cosmologias de populações marajoaras, materializadas em livros, diários, boletins e revistas. Assim, concluímos que, a partir das pesquisas realizadas, os textos podem ser compreendidos enquanto uma grande Museu Conceitual.

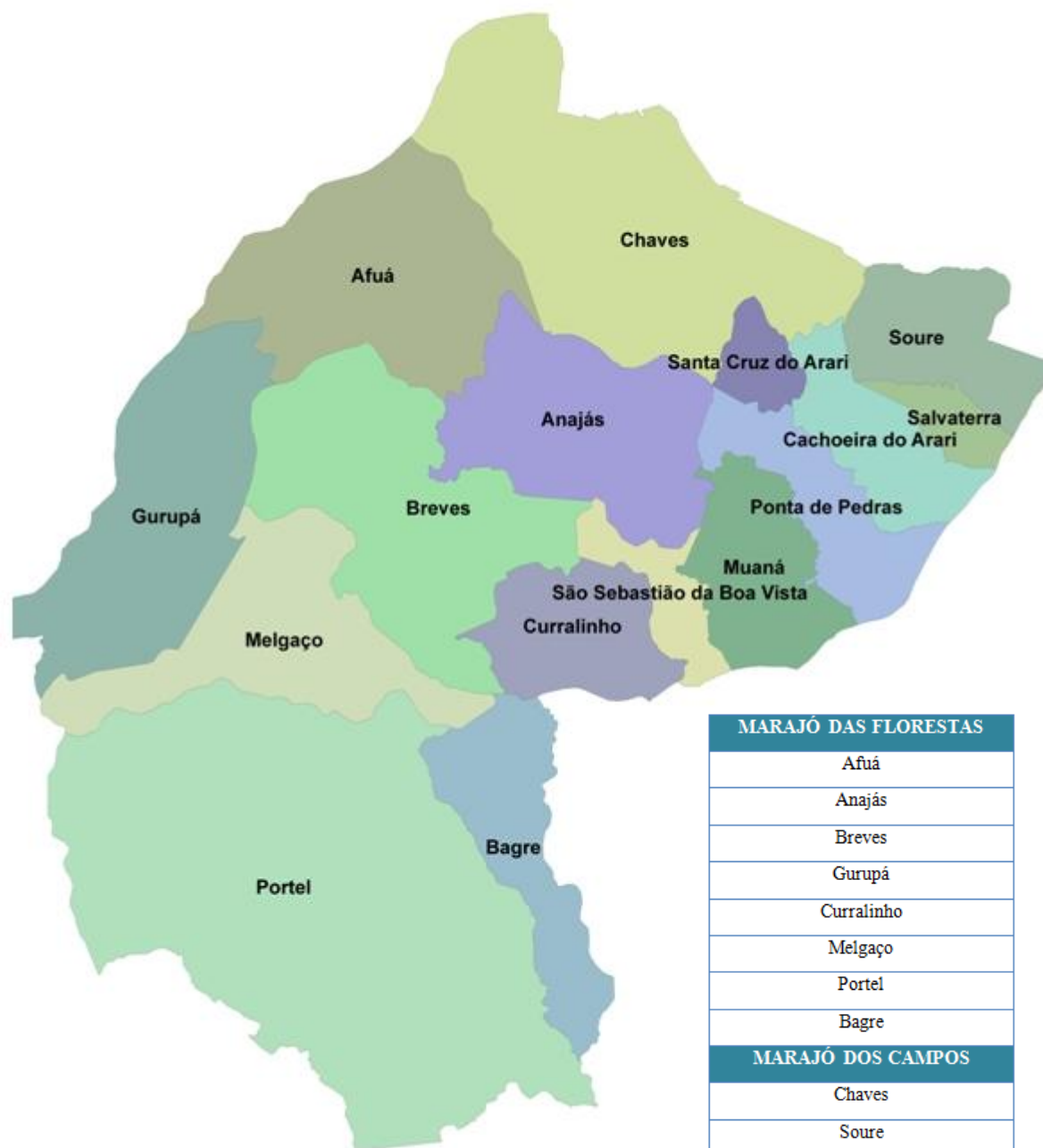
Palavras-chave: Marajós. Literatura de Viagem. Museu.

ABSTRACT

This work analyzes representations of marajoara culture in narratives of travelers in the nineteenth century. The marajoara's Amazon was intensely written by naturalists, anthropologists, zoologists, botanists, among others, because it is a region with a rich natural and cultural heritage. We seek to do a parallelism between the conceptual notion of the museum and the texts, understanding that, similarly that institution such literature also have the ability to express themselves as museum experience. Going beyond reporting the adventures of their authors, the narratives relate habits, describe places, report myths, legends, local knowledge and practices. In further studies, we can still perceive conflicts of perceptions, membership ties and cosmologies of marajoaras populations, materialized in books, journals, newsletters and magazines. Thus, we conclude that, from the researches made, that the texts can be understood as a great conceptual Museum.

Key-words: Marajó. Travel Literature. Museum.

MAPA GEOPOLÍTICO DA REGIÃO MARAJOARA



Fonte: Movimento Marajó Forte.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: EN EL CORAZÓN DE LA AMAZONÍA: Noções teóricas e metodológicas da pesquisa	
1.1 Compreendendo os Marajós a partir de sua formação histórica	14
1.2 Nas Margens da Belle Époque Amazônica do século XIX	18
CAPÍTULO II: A LITERATURA EM VIAGEM	
2.1 Formação histórica da Literatura de Viagem	21
2.2 Características da Literatura de viagem	25
2.3 Literatura de viagem no Brasil	29
2.4 O Eurocentrismo do Testemunho de Viagem	34
CAPÍTULO III: POR UMA NOVA CONCEPÇÃO DE MUSEUS	
3.1 Do templo das Musas à Nova Museologia	41
3.2 A Literatura no Museu ou o Museu Literário	45
CAPÍTULO IV: REPRESENTAÇÕES MARAJOARAS EM NARRATIVAS MUSEAIS	
4.1 Por entre rios e matas: a literatura [científica] de viagem nos Marajós	50
4.2 Cidades-florestas na Amazônia Marajoara	57
CONCLUSÃO	69
FONTES DE PESQUISA	71
REFERÊNCIAS	72

INTRODUÇÃO

Evidentemente, para explorar com mais proveito as colônias, a Europa precisava aprimorar sempre o conhecimento que delas tinha. Eram constantes, assim, as explorações científicas para estudar o meio ambiente físico, a fauna, a flora e os nativos das colônias e consequentemente envio de enormes e bem formadas coleções de botânica, zoologia, mineralogia, etnografia e mesmo arqueologia para as metrópoles. Essas coleções alimentavam a prática das ciências classificatórias na Europa, como dissemos acima, e “representavam” o homem e a humanidade fora da Europa como eram vistos pelos europeus. Nem o Brasil, apesar de oficialmente independente de Portugal desde 1822, escapou a esse processo. Muitas expedições e cientistas europeus, alguns até autonomamente, nos visitaram e, como um dos resultados temos, hoje, importante material brasileiro em museus e instituições científicas da Europa. (SUANO, 1986, p. 41)

O excerto retirado do livro de Marlene Suano *O que é Museu* (1986) resume em grande parte a atuação de viajantes pelo Brasil do século XIX. Exercendo grande influência enquanto detentor de rico patrimônio natural, o território nacional de norte a sul foi visitado, explorado, saqueado e registrado por inúmeros viajantes.

A nível regional, podemos notar que os Marajós¹ foram narrados por diversos grupos de viajantes durante tal momento. Estes registros são materializados sob forma de jornais, crônicas, revistas, boletins, diários e livros. Tal conjuntura forma a tipologia textual conhecida como Literatura de Viagem.

Em contrapartida a este quadro de grande quantidade de fontes disponíveis, verificamos durante pesquisas realizadas para este e outros projetos antecessores, um fato singular: a escassez de trabalhos acadêmicos que focalizem a região marajoara na segunda metade do século XIX, principalmente se tratando de *Belle Époque* amazônica.

Acusamos tal fato a grande polarização dos estudos que focalizaram as regiões centrais como Belém e Manaus. Assim, percebemos que margeando a historiografia oficial existem outras relações históricas forjadas por populações locais que necessitam ser estudadas e analisadas.

¹ Pacheco (2006) problematiza os sentidos de “Ilha de Marajó”, pois acaba produzindo uma visão homogênea sobre a complexa região marajoara, invisibilizando diversas populações de diferentes matrizes étnico-raciais e seus contatos interculturais. Assim, sem negar relações, mas atento a especificidades e pluralidades de viveres na Amazônia em determinados contextos geohistóricos, ele opta por termos como “Amazônia Marajoara”, “Marajós”, “Marajó do Campos” e “Marajó das Florestas”.

Partimos, então, com este trabalho, para uma busca, objetivando análises por dentro dos registros dos viajantes do século XIX, representações da cultura marajoara. cremos que mais do que relatar as aventuras vivenciadas por seus autores, tais tomos narram histórias de grupos, descrevem lugares, contam hábitos, maneiras, fazeres e saberes locais.

Concomitante a esta perspectiva, pretendemos lançar um olhar museológico sobre as fontes, entendendo que, na medida em que tais narrativas possibilitam identificar locais de memória, sejam estes materiais ou relacionais, podemos ajuizar uma noção conceitual de museu.

Estas instituições museais têm ganhado novos contornos principalmente a partir da década de 1980, guiado pelos debates da Nova Museologia. Entretanto, apesar dos importantes redirecionamentos que este movimento proporciona, ainda percebemos que a ligação do museu prende-se a uma presença física.

Para além de sua existência física, os museus podem ser vistos dentro do campo conceitual, onde experiências museológicas podem expressar-se em suportes imateriais, desvelando novas possibilidades ao campo.

Este trabalho se justifica, na medida em que se percebe que os Marajós para além sua importância arqueológica, geográfica, natural e socioeconômica, também é polo produtor, de circulação e (re)afirmação de saberes e fazeres tradicionais (PACHECO e SILVA, 2013). Há uma crescente e incessante necessidade de pesquisas, análises e estudos acerca dos patrimônio tangível e intangível marajoara, objetivando entender e buscar novas narrativas sobre os sentidos atribuídos a eles por agentes regionais.

Para alcançarmos tais objetivos, pretendemos seguir os princípios metodológicos da pesquisa qualitativa. Sobre tal, Goldenberg (2009, p. 53) afirma que “os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos”.

Ao propor-se investigar as memórias dos viajantes, tem-se ciência que se está lidando com “(...) complexas questões que envolvem emoções, afetos, interesses os mais variados, preferências, gostos e projetos heterogêneos contraditórios” (VELHO, 2006, p. 245).

Dessa forma, não se espera extrair verdades absolutas da documentação, pois estes “(...) eram (e ainda são) meios de propagação de representações do

mundo social, os quais visavam difundir valores e expectativas vinculados aos grupos que os forjavam” (CHARTIER, 1990, p. 17).

A compilação técnico-metodológica desta pesquisa compreendem os *Levantamentos bibliográficos* e *Levantamentos de fontes*.

No primeiro caso, durante os estudos fizemos levantes de bibliografias que dialogassem teoricamente com nossa temática de investigação. Para ajudar a trilhar nossos caminhos de pesquisa, chamamos para compor nossa produção acadêmica: livros, artigos, revistas científicas (impressas e digitais), documentos históricos, teses e dissertações acadêmicas que dialoguem com os grandes campos aqui postos em debate: Museologia, História e Antropologia.

Os olhares que lançamos sobre as fontes pesquisadas também tomam como embasamento os Estudos Culturais em consonância com os estudos pós-coloniais e patrimoniais, leituras adquiridas em aulas presenciais no Curso de Bacharelado em Museologia e como ouvintes nas disciplinas Patrimônio e Memória (PPGArtes/UFGA) e na Especialização em Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial na Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), assim como no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFGA)], em grupos de estudos (GECA)², seminários e palestras diversas.

O *Levantamento de fontes* tem grande destaque, pois constituíram o meio principal para alcançarmos o entendimento da problemática da pesquisa. A literatura de viagem do século XIX que analisamos expressa-se principalmente em livros, aparecendo em formato de narrativas, crônicas e textos de caráter científicos. Dentre os principais autores que aqui trabalhamos, podemos destacar: Emilio A. Goeldi, Alfred Wallace, Adalberto da Prússia, Henry Bates, Orville, A. Derby, Antonio Baena, Robert Avé-Lallemant, Louis e Elizabeth Agassiz.

Estas fontes estão disponíveis em meio impresso em bibliotecas – como a biblioteca Domingos Soares Ferreira Penna, a biblioteca Clodoaldo Beckmann e a biblioteca Arthur Vianna - centros culturais e arquivos públicos – Arquivo Público do Estado do Pará e Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves -, além de algumas disponibilizações de cópias digitais – a exemplo as encontradas na *Internet Archive*, página digital da página digital da *Cornell University Library* e na Biblioteca do Senado Federal, disponibilizadas através do projeto *O Brasil Visto por Estrangeiros*.

² Grupo de Estudos Culturais na Amazônia sob coordenação do Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco. Para mais informações visitar < <http://estudosculturais.blogspot.com.br/> >

Para chegarmos a nossos objetivos, fomos guiados por algumas questões norteadoras: Como os Marajós são representados pelos viajantes? Como populações tradicionais locais se apresentam na óticas desses escritores? Partindo da análise do campo museológico, de que forma seria possível compreender, a partir de elementos presentes nos textos, a aplicação de um processo de musealização sobre tal literatura?

Muito do que aqui será exposto é resultado de dois anos de pesquisa na qualidade de orientando do Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco no Projeto *Vozes da Memória, Paisagens da História*, com bolsa de Iniciação Científica pelo CNPq, onde objetivávamos compreender a Amazônia no contexto do oitocentos. Deslocando nosso olhar, buscamos desvendar de que forma a região vivenciou a chamada Belle Époque amazônica, tanto em seu período de maior ascensão, quanto antes de seu apogeu.

Assim, dividimos nossos estudos em quatro partes principais. Na primeira buscamos adensar compreensões sobre a região marajoara, foco de nossos estudos, analisando sua formação sócio-histórica, dando ênfase a segunda metade do século XIX, por este ser o momento de maior atração de viajantes.

Na segunda parte, apresentamos a Literatura de Viagem, explicitando as mutações por ela sofrida, principalmente no século XIX, suas características, bem como analisamos suas condicionantes e propomos lançar uma visão a suas perspectivas museológicas, históricas e antropológicas.

No terceiro capítulo analisamos o Museu enquanto fenômeno, buscando em suas origens semânticas possibilidades de estudos que favoreçam um pensar da instituição para além de suas condicionantes físicas.

Por fim, apresentamos os resultados obtidos, destacando relatos de viajantes sobre as regiões de campos e florestas nos Marajós, em duas principais frentes: as narrativas de patrimônios naturais e as narrativas de cidades-florestas.

CAPÍTULO I: *EN EL CORAZÓN DE LA AMAZONÍA*: Noções teóricas e metodológicas da pesquisa

1.1 Compreendendo os Marajós a partir de sua Formação Histórica

Os Marajós foram construídos mediante uma série de encontros culturais perpetrados por indígenas, europeus e africanos em vários períodos históricos. Esta construção ocorreu tanto por intermédio de relações conflituosas, quanto por relações de barganha. O choque entre as diferentes etnias permitiu o intercâmbio de saberes e fazeres ritualísticos, bem como, de cosmologias conflitantes. (SILVA, 2013, p. 19).

A região marajoara pode melhor ser entendida em nossa ótica, quer em seus aspectos geográficos, quer nos sociais, na geopolítica de um arquipélago. No primeiro caso, para além de ser considerada uma ilha, a região é composta por inúmeras outras ínsulas que circundam a principal, a exemplo temos a Mexiana e a Caviana. No segundo caso, pois para mais do que uma visão historicamente forjada que acabou por silenciar identidades, culturas e patrimônios africanos, indígenas e afroindígenas (PACHECO, 2012) em prol de uma representação simplista e totalizante (SILVA, 2013), esta parte da Amazônia foi formada a partir de relações interculturais (CANCLINI, 2009), resultado de trocas contatuais no decorrer do tempo.

Estas trocas podem ser inseridas dentro da perspectiva de Canclini (2009, p. 17) para qual a interculturalidade “remete à confrontação e ao entrelaçamento, aquilo que sucede quando os grupos entram em relações de trocas [...]; interculturalidade implica que os diferentes são o que são, em relações de negociação, conflito e empréstimos recíprocos”.

Outrossim, se nos lançarmos em pesquisas históricas sobre o “descobrimento” do Brasil, vamos encontrar hoje um quadro de falta de clareza no meio intelectual sobre qual teria sido realmente o primeiro europeu a chegar as terras brasileiras. Em todo caso, como defende Pedro Lisboa (2012, p. 87) “[...] é notável que a descoberta do Brasil se confunda com a própria descoberta do Marajó, ou seja, há muitos indícios de que a descoberta possa ter acontecido no arquipélago.”.

A história oficial do Brasil defende Pedro Alvares Cabral como o primeiro a desembarcar por aqui. Por outro lado, existem pesquisadores que dão tal feito a

outros viajantes, como por exemplo, o navegador espanhol Vicente Yañez Pizón, que teria chegado três meses antes de Cabral na localidade de Joanes (hoje distrito de Salvaterra), tentando fugir da pororoca.

Aguirre (1992 *apud*. PACHECO, 2010, p. 14) diz que

“Es probable que fueran los españoles los primeiros europeos que pisaron estas tierras. Em el año de 1500, quando Vicente Yañez Pizón navegaba por la boca de el gran río, al que Dio el nobre de Santa María de la Mar Dulce, observó um fenómeno extraño, que todavia llama la atención: la pororoca.”

Existe também outra corrente que defende que o navegador português Duarte Pacheco, no ano de 1498, tenha chegado à costa brasileira entre novembro e dezembro daquele ano, tendo também sido direcionado por correntes marinhas para a região marajoara. Suas descobertas foram endereçadas ao rei D. Manoel I em um manuscrito chamado *Esmeraldo de Situ Orbis*³. (LISBOA, 2012)

Apesar da pluralidade de estudos e de teorias acerca deste momento, ainda não há um acordo entre os pesquisadores sobre qual e onde teria sido o primeiro contato europeu com as terras do Brasil. Muitos estudos que contestam a versão oficial ainda ficam margeados, delegados a um segundo plano.

Apesar do “descobrimento” ter tido lugar no intervalo de 1498 a 1500, de acordo com as teorias acima abordadas, a colonização só se efetiva tempos depois. Segundo Pedro Lisboa (2012), os colonizadores que foram à região marajoara se depararam com índios Aruã. Estes são descendentes dos Nu-Aruac, grupo que provinha, por sua vez, de populações que habitavam a Polinésia e que chegaram a América do Sul se estabelecendo nos Andes. Os Nu-Aruaque desceram as Antilhas e aportaram na região marajoara, distribuindo-se e formando diferentes tribos dentro do território.

A colonização europeia da região só se inicia no século XVII, com Portugal se aventurando por águas amazônicas a fim de defender seus domínios de navios franceses, ingleses, holandeses e irlandeses que, antecipando-se a nação lusitana, por aqui velejaram e desde já dialogaram com nações indígenas.

O contato foi um período de “conflitos entre rios e florestas” (PACHECO, 2010, p. 17), onde de um lado se tem os índios, que de forma alguma foram

³ Em tradução de Lisboa (2012, p. 88) “O tratado dos novos lugares da terra, por Manoel e Duarte”.

passivos frente às investidas lusitanas de dominação, e do outro, colonizadores europeus, religiosos e índios Tupinambás “amigos”.

Como relata Pacheco (2010, p. 18), “Experientes em contatos e guerras tribais anteriormente vividas, entre si e com outras nações, Aruãns, Sacacas, Marauanás, Caiás, Araris, Anajás, Muanás, Mapuás, Pacajás, entre outras e os batizados de Nheengaíba, [os índios] enfrentaram as armas portuguesas por quase 20 anos.”. (Destaque nosso)

A conquista da Amazônia foi um projeto português de dominação de territórios litorâneos e interioranos, onde, a partir de uma estratégia geopolítica, Portugal objetivava assegurar a posse da região amazônica. Neste projeto, estava inserida a submissão e/ou pacificação de índios, forçosamente ou persuasivamente. (MAUÉS, 1995).

Somente meio século depois do estabelecimento no Pará é que os colonizadores conseguem ocupar a ilha. Neste entremeio, um rio de sangue foi derramado, tanto do lado indígena, sucumbidos por poderes bélicos que desconheciam, quanto do lado português, subjugados a chuvas de flechas e conhecimentos dos recursos florestais.

A pacificação vem com o padre Antonio Vieira, que, entre os dias 22 e 27 de agosto de 1659, sela acordo de paz com sete nações Nheengaíbas. Com isso, as hostilidades minimizam-se e as políticas portuguesas tomam força em duas frentes:

“a liberdade para se navegar pelos estreitos de Breves, porta de entrada à extração de muitos haveres, riquezas e passagem obrigatória para quem desejasse alcançar Macapá e a Guiana Francesa; e afirmava a presença e importância da missão jesuítica na pacificação do gentio através dos aldeamentos.” (PACHECO, 2010, p. 26).

Estes aldeamentos, que iniciaram a catequização indígena, são os primórdios de muitas das urbes que compõem a cartografia marajoara atual: Guaricuru (Melgaço), Aracurá (Portel), Araticu (Oeiras), etc. Contudo, se por um lado o acordo de pacificação serviu aos interesses portugueses, por outro, acelerou o processo de desaparecimento de tribos indígenas marajoaras e acabou abrindo as portas da região para a escravização aborígine. (PACHECO, 2010).

No ano de 1644, com a introdução do gado vacum, trazidos de Cabo Verde, na ilha, a mão de obra indígena foi amplamente aplicada na pecuária, entretanto, os

índios não possuíam histórico de submissão em seu passado de forma que sua adaptação ao julgo dos colonizadores não se consolidava.

Neste contexto de dificuldade é que é inserida a mão de obra escrava nos Marajós. Na perspectiva de Pacheco (2010, p. 41), “é possível que os primeiros africanos tenham sido introduzidos na região a partir de 1644, junto com as primeiras cabeças de gado vacum [...]”. No ano de 1755, com a criação da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, o tráfico de escravos africanos intensificou-se, adensando a presença negra em relações sociais na Amazônia.

O homem negro adaptou-se a vida no Marajó, exercendo inúmeras atividades como a de vaqueiro, carpinteiro, calafete, ferreiro, alfaiate, curtidores etc.; enquanto as mulheres escravas serviam, principalmente, ao trabalho doméstico e como concubinas dos homens chamados brancos. (LISBOA, 2012, p. 58).

Como salienta Pacheco (2010), neste momento é importante atentar a forma esquemática como foram concebidos os Marajós pela historiografia oficial: campos de presença negra e florestas de presença indígena. Entretanto, como este mesmo autor chama atenção, é preciso ultrapassar a cegueira de se ver florestas constituídas tão somente pela identidade indígena, assim como no sentido inverso.

A região marajoara, historicamente foi forjada sob a égide de relações sociais plurais, onde índios, negros, afroindígenas e brancos intercambiavam trocas culturais. Na perspectiva de Silva (2013, p. 20) destas trocas foram “[...] emergindo-se os saberes, os fazeres, religiosidades, identidades e culturas características dos povos marajoaras.”.

Ainda do pondo de vista de Silva (2013), apesar de os negros terem se adaptado a vida na região, estes também não empreenderam o julgo europeu de forma pacífica. Eles entraram em relações de conflito, resistência e negociações, “forçaram fronteiras culturais e ‘recriaram caminhos em busca de liberdade, orientações de mundo e perspectivas de vida e trabalho, que não os desconectavam de crenças ancestrais de suas tradições’ (PACHECO, 2012, p. 202)” (SILVA, 2013, p. 21).

É importante lembrar que, de acordo com Brasil (1957), a Ilha Grande de Joanes foi criada capitania e dada em donataria de juro pelo rei D. Afonso VI, ao seu

secretário de estado Antônio Sousa Macedo, por carta de doação de 23 de dezembro de 1665. Lembrando também que, neste período, o Brasil se dividia em Estado do Brasil e Estado do Maranhão e Grão-Pará, sendo a ilha uma capitania separada.

Por conta disso, Soares (2002) diz que durante 100 anos, as terras dos Marajós foram divididas e distribuídas, sendo ocupadas por prestigiosas famílias, que erigiram sítios e fazendas. Estas localidades eram espaços de trabalho e moradia, onde outras famílias de vaqueiros e pequenos agricultores foram agregando-se (PACHECO, 2010), destas uniões também surgiram muitas cidades e vilas atuais.

Para finalizar, é importante ter em mente o que aqui já foi dito e se reforça: índios, negros e brancos aderiram, consciente ou inconscientemente, as misturas e constituíram modos sociais, identitários e culturais próprios dos Marajós.

1.2 Nas margens da Belle Époque Amazônica do século XIX

Nesta seção abordaremos a região marajoara do século XIX. A escolha da inserção desta temática se dá objetivando mostrar o contexto em que se produziram muitas das narrativas em que aqui serão abordadas. Para além, tal conjuntura se destaca, pois neste período houve uma intensificação nas produções sobre os Marajós.

Para pensarmos tal categoria, traremos para debate, dentre outros, os trabalhos “Nas margens da Belle Époque Amazônica: Patrimônio e Relações de Poder nos Marajós” (2013) e “Marajós sobre relatos: Economia, Poder e Patrimônio nos Marajós antes da Belle Époque” (2014), ambos de autoria nossa em colaboração com Agenor Sarraf Pacheco. Da mesma forma, “Sob o signo de aquário: O Patrimônio Marajoara em Tempos de Belle Époque” (2013) de Josiane Melo e Agenor Sarraf Pacheco. Todos estes trabalhos tratam diretamente da temática que aqui versa.

O século XIX se inicia na província do Grão-Pará com grande movimentação, desde a implantação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, o comércio tem suas cifras ampliadas e a população no estado crescer constantemente. Apesar da separação do estado do Maranhão em 1772, as taxas

de crescimento populacional, de ligações comerciais e de expansão das fronteiras territoriais amazônicas se mantiveram (RICCI, 2013).

Marcante também são políticas pombalinas, encabeçadas pelo ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal. Merece destaque o chamado Diretório pombalino, que passava a tutela dos índios dos padres jesuítas, expulsos em 1759 do território brasileiro pelo mesmo político, para o estado português, desta forma, os índios agora passavam a ganhar diretos, sendo incentivando o casamento com brancos, praticando o comércio conquistando a posse de bens materiais. Desta forma, ao alvorecer do oitocentos, novas formas de viver e trabalhar na região estarão instauradas.

Outro fato que marca o período é a Cabanagem. Amplamente estudado pela historiografia regional, este movimento se caracterizou por levantes populares contra o governo. Os embates tomaram conta do estado, tendo representações em seus quatro cantos (RICCI, 2003). Diferentemente não ocorreu com os Marajós, com líderes cabanos fugindo para suas cidades, pois estas ofereciam condições de proteção e anonimato favoráveis. A revolução tem fim em 1840, com a retomada da cidade de Belém por tropas governamentais.

Entra em voga, paralelamente a este período, a denominada Industria Amazônica de Sapatos de Borracha (ARAÚJO; PACHECO, 2014). Como comenta Maria de Nazaré Sarges (2010, p. 94), “A manufatura da borracha paraense teve papel destacado. Produziu e exportou sapatos, revestiu mochilas militares, além de outros artefatos.”.

A Industria Amazônica de sapatos de borracha tinha como principal mercado os EUA e a Europa, cerca de 80% da produção era destinada a estes locais, seu “take off” se deu por volta de 1820 e seu apogeu entre as décadas de 1830 e 1850, momento em que chegou a se exportar uma média de 462 mil pares de sapatos por ano para os EUA e por volta de 55.900 pares para Europa. O valor comercial cobrado era de mais de US\$ 5,00, valor até então alto para o período. Os sapatos chegaram a ocupar o quarto lugar na escala de produtos mais exportados do Pará em 1842 e desde seu surgimento proporcionou grandes lucros ao governo local, que o dava a maior taxa de impostos sobre qualquer outro produto (22%) (COSLOVSKY, 2006). (ARAÚJO; PACHECO, 2014, p. 13).

Na região marajoara esta indústria era dominada por índios, negros e caboclos que artesanalmente produziam sapatos e outros artefatos do látex, assim como coletavam a goma em estado “bruto” para venda e exportação.

Com a descoberta do processo de vulcanização, por Charles Goodyear, em 1844, entra em cena novas formas de se trabalhar com a borracha, ganhando destaque o pneumático, artefato que em grande parte será responsável pelo crescimento da comercialização do látex. Inversamente proporcionais, a indústria de sapatos começa a decair na medida em que a exportação da goma “bruta” cresce.

A partir da década de 1870 a região amazônica vive o período áureo da Belle Époque. Como defende Sarges (2010, p. 94), “de 1870 a 1910, considera-se o maior surto econômico já verificado na região, tendo-se como principal indicador o crescente aumento da produção da borracha [...]”.

Neste contexto, é importante chamarmos atenção para um fato até então negligenciado pela historiografia oficial: a participação marajoara na Belle Époque.

Mais do que um grande momento de ascensão econômica, o período conhecido como Belle Époque marca um grande fausto na história do Pará. Tal fato se dá pela univisibilidade dada a este movimento na escrita da história oficial. Ao se falar de Belle Époque, recupera-se na mente a visão oficial do momento que, muitas vezes, sagra somente as problemáticas das capitais, as reestruturações promovidas por grandes políticos, a construção de grandes monumentos nos moldes da arte e história europeias, esquecendo, por exemplo, as especificidades geohistóricas e culturais dos outros lugares da região amazônica. Tal visão acaba por gerar uma dicotomia nos estudos sobre o movimento: de um lado se teria a história oficial com seus feitos e fatos; e de outro a história dos grupos sociais menos favorecidos que, mesmo esquecidos pela escrita da história autorizada, interagiram, contestaram, encantaram-se e modificaram, na medida do possível, os caminhos da mudança na infraestrutura, nos hábitos e tradições defendidas pelas elites políticas. (ARAÚJO; PACHECO, 2014, p. 2)

A Amazônia marajoara se torna um ponto referencial para a extração do látex, principalmente a região de florestas que, possuindo uma grande reserva natural da *hevea*, atraiu grandes proprietários de terras e, até mesmo, fazendeiros da região dos campos para a extração do látex em zonas de matas.

“A procura da goma elástica por países industrializados esbarrou em alguns entraves, como a reduzida oferta de mão de obra [...]” (SARGES, 2010, p. 96). Assim, o modelo de seringal que se insta-la não mais é suficiente para supri-la, ou seja, segundo Oliveira (1979), “seringal caboclo”, modelo cuja mão de obra era assentada basicamente na população local, irá dar lugar ao “seringal brabo”, com trabalhadores provindos da região nordeste do Brasil em fuga da seca.

Dominando o mercado regional, a borracha irá financiar as suntuosidades da Belle Époque amazônica, patrocinando grandes projetos de estruturação em cidades

como Belém e Manaus. Antigos centros antes quase desconhecidos passam agora a figurar entre os principais do país.

Contudo, como mostram Araújo e Pacheco (2013), se por um lado cidades centrais como as capitais do Pará e Amazonas tiveram grandes reestruturações, as cidades marajoaras viveram o processo inverso, com grande descaso e precariedade, apesar de sua importante posição enquanto fornecedora de matéria prima.

Desta mesma forma, jornais locais relatavam tal situação. Vejamos a passagem sobre São Sebastião da Boa Vista.

“São estas as primeiras impressões que sentio elle ao saltar na outr'ora florescente villa de Breves: <<Nada lhe posso dizer de favoravel a cerca d'este lugar. <<Tudo aqui é uma verdadeira miséria. <<As febres continuão sempre assustadoras. <<Immensos pardieiros casas deshabitadas e quasi occultadas entre o mato que assoberba as ruas da villa; eis tudo o que minha vista tem alçado depois de três dias que me acho lançado no meio desta solidão e tristeza.>>” (O Liberal do Pará, nº 146, 04 de julho de 1871, p. 02)

Ou seja, a situação encontrada por viajantes até pelo menos a segunda metade da década de 1880 era de um Marajó de urbes fantasmas, de populações que, em busca do ouro negro (CARNEIRO, 1956), “embrenhavam-se” nas matas e abandonavam as cidades.

CAPÍTULO II: A LITERATURA EM VIAGEM

2.1 Formação histórica da Literatura de Viagem

Se, a tipografia textual que aqui propomos estudar denomina-se “literatura de viagem”, é importante nos questionarmos de que momento, de que viagens são estas que falamos, haja vista que desde os primórdios do homem, as viagens se fazem presente em seu dia a dia.

Com o desenvolvimento do comércio europeu durante a Idade Média tardia, a cartografia mundial começa a se alterar e ganhar novos contornos. Até o século XV os mapas mundiais limitavam-se a apresentar a Europa, uma parte conhecida da Ásia e o norte da África. Os povos europeus, que se consideravam os únicos habitantes da ilha Terra (*Orbis Terrarum*), viviam cercados pelo Oceano⁴, que constituía o limite do mundo. (BALÉE, 2008).

Até então, todo o conhecimento dos geógrafos era baseado na leitura de filósofos gregos, de geógrafos alexandrinos, de navegadores e legionários da Roma imperial, de eruditos muçulmanos e judeus, missionários franciscanos na China e mercadores genoveses e venezianos medievais. (ECKARDT, 2009, p. 74).

Por outro lado, em meados do século XVIII, os mapas já mostravam o contorno dos continentes bem definidos, expondo grande parte das Américas, Ásia e África antes desconhecidas. A Era dos Descobrimentos (Renascimento), modificou substancialmente a consciência planetária possibilitada a partir do “descobrimento” (perspectiva europeia) de novas terras.

Tal fazer ensejou-se na cobiça expansionista ocidental que, guiados por razões de ordem econômica, política, cultural e religiosa, visavam ampliar seus domínios territoriais para além mares na busca de novos mercados e novos recursos para exploração.

Deste modo, entre os séculos XV e XVI, potências europeias empreenderam grandes jornadas objetivando desbravar terras desconhecidas do mundo, dando início ao período das Grandes Navegações.

⁴ Para Balée (2008), o Oceano desta época, sendo singular, deve ser escrito com letra maiúscula.

Com a “descoberta” do novo mundo, instaurou-se uma insegurança frente a tantas novidades (ECKARDT, 2009). Eis que surge neste meio o instinto aventureiro e desbravador de homens ávidos por mais achados. Como atesta Willi Bolle,

A época representada é, por excelência, uma época de viagens: a descoberta do Mundo Novo, juntamente com um desenvolvimento extraordinário da cartografia e uma inquietude radical de situar-se em relação à terra, ao mar e ao céu. Nasce uma nova consciência da humanidade. Sem as garantias de um mundo regido e protegido por Deus, o homem, mais exposto e mais vulnerável, mas também mais ousado e aventureiro, parte para inauditas viagens de descobrimentos. (2000, p. 360).

É neste importante momento, onde homens guiados por instintos desbravadores lançam-se em mares nunca antes velejados, que se contextualiza o primórdio da literatura de viagem que estudaremos.

Com a chegada as terra americanas, pôs-se frente ao homem, a necessidade de conhecer o desconhecido, de saber o que havia no interior das terras recém descobertas, isto transformou a exploração marítima em exploração continental (ECKARDT, 2009). Os novos “chãos” não tinham donos (*Terra Nullis*), pois as sociedades do novo mundo possuíam um sistema de ocupação territorial que não incluía propriedades alienáveis (BALÉE, 2008) e, desta forma, mais do que nunca era preciso dominar a maior parte possível dos territórios, tanto para aumentar seu poder, quanto para explorar suas riquezas.

[...] a inauguração de uma nova etapa territorial do capitalismo, marcada pela busca de matérias primas, a tentativa de se expandir o comércio costeiro para o interior e os imperativos nacionais de se apoderar de territórios ultramarinos, assim evitando que outras potências europeias os ocupem. (Pratt 1999, p. 35).

Assim sendo, incontáveis viajantes se dispuseram a empreender expedições exploratórias pelo interior dos novos continentes e, de tais, viagens resultam diversos relatos. Muitos destes são tomados a partir de uma perspectiva monástica, influenciadas por leituras de textos e mandamentos bíblicos.

O “*orbis christianus*”, ou visão teológica, que reinava na Europa medieval, já propunha um “novo mundo”. Este, entretanto, estava ligado a visão de paraíso na terra, ou seja, o local de onde todos haviam sido expulsos e para onde todos ansiavam retornar. Tal visão carregava os relatos do período dos descobrimentos e

acabava por reafirmar aquilo que Sérgio Buarque de Holanda chamou de “mito edênico”.

Essa visão de mundo, aliada à percepção cristã, termina por propagar entre as pessoas concepções fantásticas da cultura e da natureza, ocasionando no imaginário social do período a existência de concepções quase sempre ligadas às metáforas e mitos dos textos cristãos. (SARAT, 2011, p. 34)

Assim, é comum em mapas e itinerários encontrar tais representações que mediavam razões políticas, culturais, econômicas e expansionistas a visões religiosas que se figuravam em ilustrações baseadas no fantástico e, ao mesmo tempo, se abocava a busca do paraíso terreno.

Paralelamente, vale dizer, o século XVI também é marcado pelo “espírito moderno” (ANDRADE, 2005), de forma que em certos relatos, como os de Caminha, Hans Stadens, Jean Lèry, etc., as narrativas fantásticas são apenas residuais, sendo que suas descrições esforçavam-se para se afastar de perspectivas edênicas, preferindo o registro de aspectos exteriores, da cultura indígena.

A nudez indígena, por exemplo, hora associada a nudez adâmica, passa agora a figurar a interpretação de selvagem. Da mesma forma que a natureza, antes prodigiosa, presentemente é hostilizada. Tais reconfigurações, na perspectiva de Andrade (2005:6), calhou com a “[...] formulação das teses do ‘bom’ e do ‘mal selvagem’ já nos relatos dos viajantes que se anteciparam às reflexões filosóficas sistemáticas de Montaigne, Hobbes e Rousseau.”

Em se tratando do Reino português, por um lado este foi influenciado pela igreja católica, haja visto que esta legitimou suas conquistas, dando-lhes a obrigação de submeter a uma conversão os dominados (ALVES; OLIVEIRA, 2010), por outro lado, o ceticismo era também partilhado por grande parte das campanhas lusitanas, Magda Sarat comenta,

O provável ceticismo português, em oposição à visão mística que se propaga na Europa, pode ter sido uma das razões pelas quais os lusitanos teriam obtido sucesso em seus empreendimentos ultramarinos e conquistado as terras da América, lançando bases para a colonização de uma porção do novo continente que, nos livros de viagem, ficou durante muito tempo sem registro. (2011, p. 35)

De certo, a perspectiva religiosa aliada a “estética do sublime” (GUIMARÃES *et. al.* 2010: 306) em muito influenciou as imagens formadas do novo mundo por

cronistas e viajantes, da mesma forma que outros condicionantes culturais também tiveram sua parcela na escrita dos relatos. O que importa aqui perceber é que, neste primeiro momento, o que prevalecia eram percepções subjetivas, individuais dos narradores. Esta modalidade será diferente daquela que, no século XIX, se impõe e domina os escritos.

2.2 Características da Literatura de viagem

A literatura de viagem não é algo que se inicia com as Grandes Navegações e com o consequente “descobrimento” do novo mundo, como já dizia Rousseau, em obra publicada no século XVIII, há trezentos ou quatrocentos anos o homem já viajava e publicava relatos sobre tais viagens (CONSTANTINO, 2010). Marco Polo, ao percorrer a rota da seda no século XIII, nos dá tal exemplo, produzindo um dos poucos relatos sobre a Ásia no ocidente medieval.

Adotamos o marco das navegações, pois a partir deste momento tais escritos tomam novas perspectivas, se reformulando e passando por períodos de grande circulação e valorização. Nesse quadro, Magda Sarat, destaca que, dentre as principais mudanças sofridas, merecem destaque:

[...] a difusão dos registros, possibilitada pela “popularização” da imprensa na Europa e iniciada pela chamada “Revolução de Gutenberg no século XV” (CHARTIER, 1999); a viagem como “princípio educativo” e parte da formação do “homem burguês”, a partir do século XVI, indicada por Montaigne (HOFF, 1993); e a viagem como “método pedagógico” sugerido por Rousseau, em sua obra *Emílio*, no século XVIII. (2011, p. 36)

Pensada desta maneira, não podemos falar *da* Literatura de Viagens, mas sim *das* Literaturas de Viagens, haja visto que, com as mudanças sofridas por esta categoria, suas formas de ver e sentir o “outro” se modificam na constante das mutações por ela mesma sofrida.

Assim, optamos por pensar a categoria, inicialmente, a partir de duas grandes correntes classificatórias: a subjetiva e a científica. Tal escolha se dá baseada nos trabalhos de Mary Louise Pratt (1999) e Flora Süssekind (1990) que, ao proporem esta divisão, traçam características específicas *das* Literaturas de Viagens.

A corrente subjetiva é aquela na qual prevalecem, principalmente, impressões pessoais dos viajantes nos relatos. Esta corrente domina as primeiras categorias da produção literária, estando contígua a formação de imagens fantásticas ou edênicas sobre o novo mundo. Por esta não ser nosso foco principal de estudos - o que certamente não exclui a necessidade de melhores aprofundamentos da categoria – não adensaremos muito mais compreensões sobre ela.

A segunda corrente, a científica, é a que constitui nosso foco principal de estudos. Esta se propaga principalmente nos séculos XVIII e XIX e é a categorias que mais possui relatos sobre as Américas.

[...] nas viagens, sobretudo nas realizadas a partir do século XVIII, emergiram outros critérios de veracidade e outras formas de escritura dos relatos. Como destaca Sússekind (1990), as “coisas” do Novo Mundo não podiam mais ser descritas sob a “aura de mistério e extravagância” (p. 132) e o “senso do maravilhoso” passava a dar lugar a um “olhar de cientista”, ao “desejo do paraíso” e ao “interesse de aprendizado” (p. 148). (GUIMARÃES *et al.* 2010, p. 308)

Na perspectiva de Andrade (2005), o elo quebrado entre as duas correntes esta no sucesso econômico dos empreendimentos das campanhas expansionistas europeias, pois no contexto capitalista e neocolonialista do século XIX principalmente, o êxito ocidental serviu como estímulo a atração de exploradores e aventureiros, que por sua vez ajudaram a “desmistificar” o Novo Mundo.

Por outro lado, Maristela de Andrade (2005) defende que as alusões ao mítico e ao maravilhoso não teriam cessado com os sucessos financeiros, estes teriam continuado e mais ainda, servido de estímulo, de propaganda para atração de cronistas e viajantes.

O que vale ressaltar aqui é que a corrente científica afasta-se daquele modelo imagético fantástico consolidado desde a chegada europeia as Américas, devendo agora o viajante fugir do exagero, da inexatidão, da invenção e da fabulação (GUIMARÃES *et al.* 2010, p. 311.) em função de uma escrita “verdadeira”, científica.

Esta corrente em muito foi influenciada pelos trabalhos do botânico Carl Linné⁵ e sua obra *O Sistema da Natureza* (1735), onde o autor propunha um sistema descritivo classificatório de todas as plantas existentes na terra, conhecidas ou não pelo mundo europeu, a partir de suas características reprodutivas.

O objetivo de Carl Linné de listar e classificar o maior número de plantas possível e a Revolução Industrial, que também estava se desenvolvendo cada vez mais nesta mesma época, com a mecanização dos sistemas de produção e o surgimento da produção em série, refletiriam um esforço do homem para “organizar” o mundo. Organizar e padronizar os processos de produção nas fábricas, ou seja, implementar a produção em série, listar e classificar lugares, plantas e animais, cartografar o planeta da maneira mais exata possível com a produção de mapas melhores e mais detalhados são alguns exemplos deste “impulso classificatório” que pode ser percebido também na obra de Carl Linné. (ECKARDT, 2009, p. 74-75).

A instauração deste “impulso classificatório”, desta necessidade de se (re)conhecer as terras é na verdade uma releitura do que já havia acontecido séculos antes no “descobrimento”, entretanto, neste novo momento o conhecer estava condicionado ao cientificismo, o olhar dos viajantes agora se revestiria do ceticismo e do pragmatismo descritivo na (re)produção do “outro” narrado.

Enfim, em nome de um propósito organizacional e pela busca de uma listagem da melhor maneira possível dos elementos que a natureza poderia oferecer ao homem, diversos viajantes embarcaram rumo ao novo continente na busca de novos elementos de flora e de fauna, de novas paisagens, rios e minérios. “[...] era preciso saber tudo que existia em nosso planeta.” (ECKARDT, 2009, p. 75).

Como destaca Eric Leed (1992 *apud*. CONSTANTINO, 2012) a redefinição das viagens no século XVIII é marcada por uma “observação regulamentada”, onde a experiência indutiva aliada a uma grande capacidade descritiva objetivava a obtenção de dados, informações. Eckardt (2009, p. 75) caracteriza os elementos dos textos da corrente cientificista com “[...] o constante aparecimento de listas e descrições longas e detalhadas não só de elementos de flora, mas também de fauna, descrições sobre o solo e recursos minerais das regiões visitadas, bem como longas passagens sobre a hidrografia e a agricultura [...]”.

⁵ Botânico, Zoólogo e médico sueco, sendo um dos fundadores da Academia Real de Ciências da Suécia, criou a classificação científica pela qual ganha o título de pai da taxonomia moderna. (Disponível em <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/LineuCvL.html>, acessado em 05/11/2014)

Para a mesma autora, esta busca por registrar muitas informações, variando desde conteúdos propriamente científicos como plantas, animais e minérios até explicações detalhadas de sistemas administrativos e judiciários “[...] reflete o impulso classificatório do narrador, dado que estas longas descrições não deixam de ser uma tentativa de ‘organizar o caos do mundo’.” (p. 78).

Mary Louise Pratt (1999:141) ressaltando esta maneira peculiar de lidar com os relatos científicos, observa que, em tais narrativas, “[...] a informação é relevante (tem valor) na medida em que se liga a metas e sistemas de conhecimento institucionalizados externos ao texto.” Explicando o porquê de muitos autores priorizarem longas descrições de elementos da natureza e relatórios detalhados de tudo aquilo que via e aprendia.

Na perspectiva de Leandro Guimarães e Maria Lucia Wortmann (2010), para que um texto fosse enquadrado dentro da categoria de “Literatura [científica] de Viagem” ele precisaria operar com duas razões básicas: o estar lá e a coleta de materiais (espécimes, informações, etc.) para poder narrar e paralelamente classificar e nomear as coisas presentes na natureza, praticando assim História Natural.

Quanto ao primeiro aspecto, os mesmos autores ainda relatam que, apesar da grande crítica feita pela antropologia a partir das décadas de 80 e 90 do século XX sobre a segurança para transformar em textos “verídicos” as experiências empíricas vividas somente pelo fato de seus autores terem estado em contato com a cultura do “outro”, ainda prevalece o senso de veracidade na razão do deslocamento.

Sobre o segundo aspecto, é destacada a pesquisa em gabinetes de História Natural como fase complementar a experiência empírica, sendo que neste jogo de prática e teorias “A viagem é em geral considerada pela história natural como uma das etapas necessárias para a transformação da natureza em ciência” (KURY, 2001 *apud*. GUIMARÃES *et al.* 2010, p. 312).

Em resumo, se nos séculos XVI e XVII o fascínio das viagens remetia a descrição do encantado e do maravilhoso, as viagens dos séculos XVIII e XIX tinha seu encanto baseado na possibilidade de fortalecer uma ciência natural em consolidação (GUIMARÃES *et al.* 2010, p. 309).

É inevitável, frente a tudo o que foi exposto, não apontarmos a importância do iluminismo enquanto influencia para as mudanças de perspectivas que se

alastraram na literatura de viagem. Ocorrido na Europa entre os séculos XVII e XVIII, o movimento direcionava mentes em direção ao racionalismo em oposição a religião e a fé, para esta corrente, a ignorância que a aceitação de dogmas religiosos, aliada a governos tirânicos e autoritários, impossibilitava o desenvolver de potencialidades humanas.

Se Magda Sarat (2011) já destacara a importância da popularização da imprensa como impulsionador para a literatura [científica] de viagens, Alexandre Alves e Letícia de Oliveira (2010) a colocam enquanto contribuinte, ao lado das Grandes Navegações, para a transformação da visão da natureza e do conhecimento renascentista.

Estes dois fatores propiciaram a difusão de informações variadas que contestavam visões e opiniões já consagradas, cuja valorização se voltava ao conhecimento religioso. Museus, bibliotecas, centros de pesquisa, laboratórios, etc. foram implantados e ajudavam a consolidar o espaço da ciência.

Assim, a narrativa dos viajantes em muito foi influenciada por tais ideais, pois, sendo eles em grande parte compositores da classe tida como intelectual, ganhavam um papel, um função social perante a sociedade.

O papel do intelectual ou do homem letrado, segundo o próprio iluminismo, era investigar e discutir os limites do poder para libertar os homens do obscurismo e dos laços feudais. (ALVES; OLIVEIRA, 2010, p. 120).

Sendo a igreja a grande responsável pela manutenção de tais laços feudais, a liberdade só poderia ser alcançada através do esclarecimento, do desenvolvimento da ciência, o que valeria com o entendimento do por que dos escritos estimarem o valor científico nos seus relatos.

2.3 Literatura de viagem no Brasil

Campo Imperial de Berlim, 21 de novembro de 1806

Napoleão, Imperador dos Franceses, Rei da Itália etc. (...) Considerando,

1º. Que a Inglaterra não admite o direito da gente universalmente observado por todos os povos civilizados;

2º. Que esta considera inimigo todo indivíduo que pertence a um Estado inimigo e, por conseguinte, faz prisioneiros de guerra não somente as equipagens dos navios armados para a guerra mas ainda as equipagens das naves de comércio e até mesmo os negociantes que viajam para os seus negócios;

3º. Que ela estende às embarcações e mercadorias do comércio e às propriedades dos particulares o direito de conquista que só se pode aplicar àquilo que pertence ao Estado inimigo;

4º. Que ela estende às cidades e portos de comércio não fortificados nas embocaduras dos rios, o direito de bloqueio que, segundo a razão e o costume de todos os povos civilizados, só se aplica às praças fortes; que ela declara bloqueadas as praças diante das quais não há sequer uma única embarcação de guerra; que ela até mesmo declara em estado de bloqueio lugares em que todas as suas forças reunidas seriam incapazes de bloquear, costas internas e todo um império;

5º. Que este monstruoso abuso do direito de bloqueio tem por objetivo impedir as comunicações entre os povos, e erguer o comércio e a indústria da Inglaterra sobre as ruínas da indústria e do comércio do continente;

6º. Que sendo este o objetivo evidente da Inglaterra, qualquer indivíduo, que faça sobre o continente o comércio de mercadorias inglesas, por este meio favorece os seus desígnios e dela se torna cúmplice;

(...)

8º. Que é de direito natural opor ao inimigo as armas de que faz uso, e de combatê-lo do mesmo modo que este combate, quando desconhece todas as idéias de justiça e todos os sentimentos liberais, resultado de civilização humana; Por conseguinte, temos decretado e decretamos o que segue:

Artigo 1º. As Ilhas Britânicas são declaradas em estado de bloqueio.

Artigo 2º. Qualquer comércio e qualquer correspondência com as Ilhas Britânicas ficam interditados

(...)

Artigo 3º. Qualquer indivíduo, súdito da Inglaterra, qualquer que seja sua condição, que for encontrado nos países ocupados por nossas tropas ou pelas tropas de nossos aliados, será constituído prisioneiro de guerra.

Artigo 4º. Qualquer loja, qualquer mercadoria, qualquer propriedade pertencente a um súdito da Inglaterra será declarada boa presa.

Artigo 5º. O comércio de mercadorias inglesas é proibido, e qualquer mercadoria pertencente à Inglaterra, ou proveniente de suas fábricas e de suas colônias é declarada boa presa.

(...)

Artigo 7º. Nenhuma embarcação vinda diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas, ou lá tendo estado, desde a publicação do presente decreto, será recebida em porto algum.

Artigo 8º. Qualquer embarcação que, por meio de uma declaração, transgredir a disposição acima, será apresada e navio e sua carga serão confiscados como se fossem propriedade inglesa.

(...)

Artigo 10º. Comunicação do presente decreto será dada por nosso ministro das relações exteriores aos reis de Espanha, de Nápoles, da Holanda e de Etrúria e aos nossos aliados, cujos súditos são vítimas, como os nossos, da injustiça e da barbárie legislação marítima inglesa.

Napoleão.

Em 1806, por meio do decreto oficial de Berlim, Napoleão Bonaparte, imperador francês, impõe o Bloqueio Continental a Grã-Bretanha. Esta ação tinha como objetivo o arruinamento econômico do referido país através da proibição de acesso de navios ingleses aos portos de países aliados e/ou dependentes da França.

O determino se fez, pois a Inglaterra era o único país em condições de combate para resistir as campanhas expansionistas napoleônicas, além de ser a principal concorrente da França nos mercados europeus e asiáticos (ALVES; OLIVEIRA, 2010)

Portugal, de D. João, faz um “jogo duplo”: por um lado aceita o bloqueio imposto, mas por outro permite as escondidas a atracação de navios ingleses em seus portos. É importante esclarecer que Portugal vivia um momento de recessão econômica e que a quebra de relações comerciais com a Inglaterra poderia significar uma crise ainda mais acentuada.

Com a descoberta do “jogo duplo” português, Napoleão ordena a invasão do país. É neste momento então, que a família real, acompanhada da corte lusitana, mais servos e empregados, aceitam a proposta inglesa e decidem partir, às pressas, para a colônia portuguesa nas américas.

Com a chegada da família real ao Brasil, o príncipe regente D. João, ordena a abertura dos portos às nações amigas. Esta ordem, para mais do que um decreto comercial, também representa uma facilitação para a entrada de pessoas na colônia que, dentre elas, estavam cronistas e viajantes.

Ressaltamos a importância deste marco, pois até então o Brasil ainda permanecia pouco conhecido pelos países europeus, haja vista que o território brasileiro era relativamente limitado pelas políticas comerciais portuguesas, resguardado da ambição das nações europeias emergentes. Desta maneira, o acesso de estrangeiros ao país era dificultado, por ir contra os interesses colonialistas do império português (MOREIRA, 2011)

Grande parte dos relatos até então produzidos partiam de uma rede informações dirigidas e financiadas pelo governo lusitano, que tinham por objetivo “[...] reconhecer os limites físicos dessa soberania, bem como as potencialidades econômicas do território administrado.” (DOMINGUES, 2001, p. 284). Ou seja, o acesso restrito aos territórios ultramarinos portugueses permitia pouca atuação de

cronistas e viajantes, uma vez que somente aqueles formados e autorizados pela coroa poderiam desenvolver tais pesquisas.

Para mais do que isso, o estado português esteve contíguo as renovações científicas e culturais que o século XVIII ensejou. Com uma atuação quase “onipresente”, a coroa amparou a formação da “elite do conhecimento” através da criação de colégios, academias militares, reformas em universidades, reformas nos quadros docentes, com prioridade para áreas como física, astronomia, química, matemática e história natural. (DOMINGUES, 2001). Ou seja, Portugal preparou seu próprio grupo de viajantes para explorar suas colônias, de forma que agentes externos só poderiam compor tal quadro quando subjugados ao estado.

Com a abertura dos portos – em grande parte condicionada pelos interesses econômicos da Inglaterra, que passava por dificuldades com o comércio europeu – também abriu-se as portas para viajantes que agora tinham acesso facilitados pelas relações de cooperação com a coroa portuguesa.

Assim, “[...] o Brasil se tornou uma terra muito visada pelos viajantes, pois além de ser em grande parte ainda desconhecida de todos, era uma terra considerada fonte de muitas riquezas e recursos naturais, o que incitava a curiosidade e interesse das potências europeias.” (ECKARDT, 2009, p. 72).

Entra-se então em uma onda de estrangeiros visitando o Brasil, a colônia passa agora por um processo de internacionalização. Na perspectiva de Sergio Buarque de Holanda (1989 *apud*. CONSTANTINO, 2012), acontece um novo descobrimento das terras brasileiras, desta vez encabeçado por comerciantes, artistas, imigrantes, naturalistas, diplomatas, mercenários, educadores, provenientes da Europa e América do Norte, tendo privilégio a presença inglesa.

Para mais do que o senso de diferente / curioso, Núcia Constantino (2012) relata que haviam outras razões para a grande atração de viajantes. Em suas palavras:

“Na verdade, o país exerceu grande atração sobre estrangeiros, só menor do que aquela exercida pelo México. A monarquia oferecia segurança e estabilidade política, favorecendo um grande fluxo de forasteiros no país que, de outra parte, já concentrava estrangeiros, em decorrência da implantação de projetos de imigração, com o ingresso de pessoas de diferentes nacionalidades. Formavam-se redes de estrangeiros que, em alguma medida, reproduziam ou adaptavam usos e costumes, assim como auxiliavam os conterrâneos que continuavam chegando.” (p. 12).

Em resumo, o fato é que a abertura dos portos aumentou a frequência de viajantes estrangeiros no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, que servia de porta de entrada para eles. Desta forma, houve uma aproximação entre o Brasil e o resto da Europa e América do Norte.

Dentro deste contexto, podemos dizer que a região amazônica paralelamente também foi, no Brasil, um dos polos de grande atração, pois possuía o que o imaginário de cronistas e viajantes esperava encontrar: natureza selvagem.

Tanto para a corrente subjetiva com suas fabulações e mitificações, quanto para a corrente científica, a região amazônica se mostrava como área de grande interesse. Quer por seus aspectos socioculturais (nudez indígena, canibalismo, ócio, etc), que fecundavam a imaginação exterior sobre o novo mundo; quer por seus aspectos ambientais (matas, animais silvestres, rios, etc), que minuciosamente eram descritos, catalogados e estudados pelos cronistas.

Vale ressaltar a importância das vias fluviais para o processo de ampliação das fronteiras territoriais brasileiras, pois

Com os registros dos primeiros naturalistas, se buscou um conhecimento mais sistemático do território, através do reconhecimento das vias naturais de acesso ao interior do país, ou seja, os rios [...] ganham importância estratégica: o rio São Francisco como via de penetração para o Nordeste; o Amazonas para a região Norte e os da Prata e Paraná para o Sul e países vizinhos. (ANDRADE, 2005, p. 06).

Assim, é impossível ainda não reconhecermos papel do navio a vapor, no caso amazônico, nos desbravares da região. Vitor Gregório (2009) em seu artigo *O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX*, destaca este como um dos vetores do desenvolvimento e de conexão entre o centro e o interior da região.

Dá-se destaque a este fato em particular pois a aberturas dos portos, decretada por D. João, não incluía todo o território nacional, a região amazônica ficou, por mais de 40 anos resguardada da navegação e comércio de embarcações internacionais. Apesar de toda a pressão e especulação desde a década de 1820 dos países aliados portugueses para a abertura dos rios amazônicos a navegação, existia um medo por uma parcela de deputados e senadores quanto a sua feitura.

Este receio assentava-se na crença de que o capital estrangeiros era prejudicial aos interesses brasileiros, sendo necessária sua exclusão em qualquer

tentativa de concessão a navegação nos rios amazônicos para a manutenção da soberania brasileira sobre a Amazônia. Para mais do que isso, a região se mostrava como território de grande potencial econômico o que despertava o interesse externo. (GREGÓRIO, 2009).

Esta discussão perdurou por mais de 40 anos com constantes debates entre os grupos que eram contra a abertura dos rios a navegação estrangeira e os que eram a favor. Estas discussões foram seguidas de diversas tentativas de inserção do capital internacional, tanto parcialmente quanto totalmente, na concessão para navegação. A exemplo podemos citar o ensaio americano através da *Amazon Steam Navigation Company*, já em 1826, e a criação da Companhia de Navegação e Comércio do Rio Amazonas, em 1852.

É somente no ano 1866, com o decreto n. 3.749 de 7 de dezembro que termina uma discussão de mais de 40 anos. A decisão foi regulamentada pelo decreto n. 3.920 de 31 de julho de 1867 e em 7 de setembro do mesmo ano realizou-se a solenidade de abertura dos rios amazônicos a navegação internacional.

A abertura impulsionou as produções etnográficas na região, facilitando acesso e ampliando a área de abrangência das narrativas.

2.4 “O Eurocentrismo do Testemunho”⁶

Recentemente, as interpretações sobre a literatura de viagem centram-se no processo pelo qual as imagens foram construídas, ou seja, o foco deslocou-se do produto final para os critérios europeus de representação que mediarão a construção das imagens do “outro”. (ZUBARAN, 2011, p. 18)

Ao entrarem em contato com a cultura do “outro”, os viajantes produziam relatos e narravam experiências e aventuras. Estes escritos estavam carregados de imagens pré-formadas e condicionadas culturalmente com o espaço e tempo de cada autor.

Assim, é imprescindível a verificação de possíveis fatores que condicionam interpretações dos viajantes do, e no, Brasil. Em resumo, identificar o “olhar estrangeiro”. Assim pensado, e partindo do pressuposto de que os textos possuem

⁶ O título deste tópico baseia-se na obra “O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul do século XIX” (1999), de Maria Angélica Zubaran.

referenciais culturais próprios dos seus autores (MOREIRA, 2009), contata-se a instauração de algumas categorias analíticas.

O primeiro aspecto que merece destaque é a razão ou motivo pela qual a viagem foi empreendida. Dependendo do ensejo com que a expedição foi pensada o relato pode dar ênfase a determinados aspectos em detrimento de outros.

Como destaca Magda Sarat (2011, p. 39-40) esta limitação se fazia “[...] na medida em que determinava os objetivos da viagem, indicava os locais a serem visitados, indicava o grupo de convivência de que o viajante deveria participar e quais as observações que seriam feitas, além da própria direção dessas observações.”.

Guimarães (*et. al.* 2010), diz que “antes mesmo de lançarem às expedições, os viajantes naturalistas pareciam saber exatamente qual era a paisagem útil, bem como os objetos e os espécimes que deveriam ser colecionados”.

Dessa forma, ao partirem de seu país de origem, cronistas e viajantes já vinham almejando encontrar o que já havia sido registrado, ponderando possíveis “roteiros” para averiguação e reprodução dos modelos imaginados.

Concomitante a esta primeira categoria, estão os interesses com os quais excursões eram planejadas, variando entre questões pessoais a institucionais. No primeiro caso ganha destaque estudos para formação acadêmica, turismo, questões profissionais e econômicas. Quanto ao segundo, entra em evidência o vínculo com órgãos públicos, haja vista a diplomacia que envolvia as viagens. (MOREIRA, 2009).

Um segundo aspecto que julgamos importante destacar é o público a que se destinavam os escritos. Magda Sarat (2011) já destacará a importância da popularização da imprensa, no século XV, durante a chamada “Revolução de Gutemberg”, como primeiro fator para aumentar a difusão dos escritos. Zubaran (1999) discorre que a partir daí os relatos passaram a ser produzidos para informar e entreter uma assídua audiência europeia, o que levou ao desenvolvimento de revistas especializadas em literatura de viagem, como por exemplo, a revista *Le tour du Monde*.

Portanto, ao partirem para uma nova expedição, muitos viajantes eram financiados por grandes revistas, jornais ou até mesmo governos, que, por variados interesses, trocavam relações monetárias por informação sobre a terra visitada. Assim os escritos poderiam variar tanto em seus conteúdos, quanto na sua própria linguagem.

É importante ainda ressaltar que a variedade de tipologias textuais também influenciava a escrita. A linguagem usada em uma carta para um amigo ou parente, era diferente daquela utilizada em relatórios oficiais ou artigos para revistas, que por sua vez também eram diferentes daquela usada em seus diários ou em livros.

O terceiro aspecto que merece destaque é pluralidade acadêmica dos viajantes. Apesar de muitas vezes os alocarmos, em prol de uma classificação totalizante, na categoria de etnólogos, suas formações eram variadas, indo desde eclesiásticos a membros oficiais de governos.

Nas palavras de Moreira Leite (1984 *apud*. SARAT, 2011, :38) a lista de profissões exercidas pelos viajantes era extensa, estando entre eles “[...] professores, governantas, pastores protestantes, missionários, cientistas, representantes diplomáticos, oficiais da marinha, advogados, comerciantes, soldados, artistas, artesãos, naturalistas, mercenários, aventureiros, etc.” Sendo em cada uma delas diferente o tipo de envolvimento com a população nativa e consequentemente o tipo de registro.

Merece destaque neste momento ainda as interações com as elites nativas, principais interlocutores sociais dos viajantes. Muitas das informações difundidas nos textos eram resultados de mediações de seus autores com as elites locais, neste sentido, Zubaran (1999) relembra Mary Louise Pratt e seu uso do conceito de “transculturização” para explicar a produção de significados no mundo colonial, atentando para a capacidade de auto modelagem dos sujeitos, evitando, assim, a perspectiva difusionista no trato da literatura de viagem.

O quarto aspecto a ser destacado diz respeito ao contexto e aos referenciais culturais dos autores. Celso Castro, na apresentação da obra *Antropologia Cultural* (2010), de sua organização, destaca que o século XIX vivenciava um período de inquietude científica. Neste contexto defendia-se a tese do evolucionismo cultural – para Franz Boas “método comparativo” ou “novo método” - em analogia a teoria da evolução biológica (publicada por Darwin em 1859), esta tese partia do pressuposto da igualdade generalizada da natureza humana, desta forma, todos os povos deveriam progredir seguindo os mesmos estágios sucessivos, sendo que no topo deste processo era colocada, logicamente, a sociedade em que cada autor vivia.

Fecundados com este pensamento, o choque cultural do contato era frequentemente traduzido como primitivismo, onde a terra em que se estava ocupava um estágio inferior na escala evolutiva cultural. Magda Sarat (2011),

analisando tal fato cometa que “o viajante se posicionava como o civilizado, olhando para um povo atrasado [...]”. A mesma autora destaca ainda o fato de os estrangeiros recorrentemente apontarem a necessidade de se trazer ao Brasil uma civilidade, um processo civilizador, que segundo eles, se fazia presente no continente europeu desde séculos anteriores.

Para Sarat ainda, o europeu tinha uma auto imagem fundada na crença de sua “vocação civilizatória”, de forma que ao se referirem a população nativa local eram destacados seus aspectos brutais e retrógrados em comparação com a Europa civilizada. A autora ainda destaca o próprio uso recorrente do adjetivo “civilizado” para se referir ao europeu, em contrapartida ao “primitivo” ligado ao nativo.

Este aspecto está estritamente ligada as noções racialistas dos viajantes. Partindo de uma perspectiva da eugenia, no que tange a miscigenação entre brancos, negros e índios, os viajantes se apresentavam enquanto superiores, frente a população local mestiça. Assim, Magda Sarat nos recorda que

[...] ainda que os europeus reconhecessem as semelhanças físicas entre os povos, o que vai ser longamente criticado pelos registros são as características do comportamento, hábitos e costumes dos nativos, principalmente, nas descrições e registros do século XIX, que já denunciavam a mistura racial – que caracteriza os brasileiros – como uma das responsáveis pela indolência, sujeira, crueldade e lascívia, para se falar somente de alguns “defeitos”, que se poderia dizer que seriam impressões distorcidas da realidade contada nos relatos. (2011, p. 45)

O desagrado dos viajantes para com mestiçagem da população, aliada a cientificidade dos relatos, faz com que as narrativas tomem um caráter impessoal, onde existem longas descrições sobre a paisagem e uma supressão da população deste meio. Maristela Andrade (2005) diz que tal fato ajudou na concepção de teorias científicas da superioridade da raça branca e da pureza racial, motivadas por alegações de viajantes formados em história natural.

É importante, neste momento, lembrarmos Flora Süssekind (1990) quando comenta que as narrativas são relatadas a partir de um “olhar armado”. Este, diferente do “olhar ao léu” condiciona a visão do viajante, limita seu foco, onde a paisagem, inicialmente deslumbrante, é reduzida a “[...] um censo pragmático e classificatório, que arma o olhar do viajante naturalista para a pequenez dos detalhes nomeáveis.” (GUIMARÃES *et. al.* 2010, p. 308)

Mary Louise Pratt (1999) alega que o caráter impessoal pode sugerir uma imagem do naturalista enquanto “Adão”, sozinho em seu jardim, na qual a presença humana é absolutamente marginal. Isadora Eckardt (2009, p. 76-7), em comentário, diz que “apagar a presença humana significava não apenas não escrever sobre os habitantes dos lugares explorados, mais do que isso, significava apagar a presença do próprio narrador [...]”.

“O ‘eu’ que narra quase se apaga e o narrador passa a se figurar, ora num plural impessoal – ‘Nós estrangeiros’ -, ora numa imagem genérica, atemporal, a que se chama apenas ‘o viajante’.” (SÜSSEKIND, 1990, p. 11).

Chegamos a um ponto crucial: a constatação da existência de uma “nós” – europeu, civilizado – e um “outro” – nativo, primitivo -. Como comenta Edward Said (1995, p. 27) “Durante todo o contato entre os europeus e seus ‘outros’, iniciado sistematicamente quinhentos anos atrás, a única ideia que quase não variou foi a de que existe um ‘nós’ e um ‘eles’, cada qual muito bem definido, claro, intocavelmente autoevidente.”. Para ele,

[...] a divisão remonta à concepção grega sobre os bárbaros, mas, independentemente de quem tenha criado esse tipo de pensamento “identitário”, no século XIX ele havia se tornado a marca registrada das culturas imperialistas, e também daquelas que tentavam resistir à penetração europeia. (1995, p. 27-8).

Desta forma, os escritos se revestiram frequentemente com tal concepção e revelaram quase sempre construção polarizada e hierarquizada da suposta superioridade racial do europeu ocidental diante da suposta inferioridade do “outro” não europeu. (ZUBARAN, 1999).

À luz dos estudos pós-coloniais, podemos nos questionar ainda sobre a capacidade de estes textos falarem sobre e por um “outro”, haja visto que “[...] o ato de (re)memorar a própria vida, ou fatos ocorridos e/ou presenciados, consiste em reduzir a complexidade da própria existência em alguns poucos acontecimentos [...]”. (SILVA, 2013, p. 50).

Para além, tendo ciência que todo ato de representação é também um jogo de repressão política (TYLER, 1992), onde o texto, não mais entendido como uma “[...] descrição de como ‘um outro’ é mesmo (suas reais conformações e atributos) (GUIMARÃES *et. al.* 2010, p. 311), pode acabar contribuindo para reforçar valores dominantes do euroimperialismo. (ZURBARAN, 1999).

Frente a tudo o que foi exposto aqui a uma primeira vista podemos julgar os trabalhos de registros sobre o Brasil como preconceituosos, generalizantes, discriminatórios e imparciais. Contudo, se nos afastarmos de um sentimento nacionalista e submergimos no contexto de produção dos relatos, poderemos compreender as concepções que se constituíram até então, evidenciando, assim, pistas para compreendermos os eventos do período.

A utilização dos registros como contribuição dos viajantes é, sem dúvida, um reconhecimento da possibilidade de entender uma história que pode ter sido escrita por eles, mas que diz respeito a nós e que pode permitir novas aproximações com a nossa história. Se, por um lado, “essas obras só podem dar a ver um Brasil pensado por outros”, por outro lado, “o olhar dos viajantes espelha, também, a condição de nos vermos pelos olhos deles” (BELLUZZO *apud*. SARAT, 2011, p. 41)

Desta forma, o que importa entender é que estes textos podem ser melhor compreendidos como uma maneira de narrar o “outro”, estando em produção no ato da escrita este “outro” narrado. Em outras palavras, trata-se de entender de que modo as representações dos viajantes constituíram os habitantes do mundo não europeu. (ZURBARAN, 1999).

Para Peter Burke (1997), estes textos etnográficos são documentos preciosos que falam sobre encontros culturais entre culturas distantes e desconhecidas, revelando a percepção da distancia cultural como “[...] a tentativa de ‘traduzir’ a cultura desconhecida em algo familiar.” (BURKE, 1997, p. 94).

É necessário enfatizar que Mariaza Peirano (1999) diz que até os anos 50 do século XX, a tendência que prevalece na antropologia é a da *alteridade radical*, onde os antropólogos dedicam-se fundamentalmente a estudos de povos exóticos ou extremamente diferentes da sociedade do observador, ou seja, da sociedade ocidental moderna.

Dentro deste contexto, é interessante percebermos perspectivas historiográficas presentes nestes relatos. Como aponta Moreira,

Levando em conta a premissa de que o “diferente” é o que desperta o interesse de qualquer sujeito sócio-cultural e que os viajantes eram sujeitos de formação cultural exterior ao meio brasileiro, é possível perceber a riqueza deste gênero documental. O viajante se apresenta então enquanto explorador do exótico. (2009).

Para Belluzzo (1994), as representações forjadas pelos viajantes revelam não o “idem” o “alter” aos olhos dos viajantes, ou seja, como diz Peter Burke (1997), é o senso de distância cultural que prevalece nas descrições. Ele capta a novidade, o diferente, assim, “o obvio, para o habitante, pressupõe no viajante um ato de espanto e interrogação” (MOREIRA LEITE, 1997, p. 28). Destarte estranha-se o cotidiano, o comum, aspecto que, em outras fontes passa de maneira involuntária ou se fazem ausentes, revelando assim, a riqueza e a capacidade deste gênero documental. (MOREIRA, 2009).

Da mesma forma, Maristela Andrade ressalta ainda que,

Entre as múltiplas facetas da literatura de viagem, deve-se salientar particularmente seu caráter de texto etnográfico, apesar de reconhecer igualmente sua dimensão de texto literário, bem como de documento histórico, mas é, sobretudo, o seu sentido etnográfico que se busca captar. Enfim, é necessário destacar a importância das visões e impressões registradas nos relatos dos viajantes e sua penetração entre os intelectuais nativos e as camadas populares no quadro da sociedade brasileira, como um elemento crucial para o estudo da história das idéias ou de uma história intelectual no contexto brasileiro. Idéias formuladas pelos viajantes de forma espontânea ou sem uma reflexão mais sistemática, baseando-se em impressões e experiências pessoais, acabaram sendo assimiladas ao repertório de idéias sobre o Brasil de que todos lançam mão ao seu modo, sejam intelectuais ou segmentos populares, transformando-se em idéias do senso comum. (2005, p. 02)

Para mais do que compreender tais relatos como visões condicionadas de agentes externos, é preciso buscar compreender de que maneira estas imagens são formadas, atentando para possibilidades historiográficas, antropológicas e museológicas dentro do discurso.

Nos textos, deparamo-nos com exposições, individuais ou coletivas, de aspectos da cultura e identidade marajoara, bem como representações de patrimônios característicos da região. Dentro desta perspectiva, entendemos que através de tais relatos podemos adentra esta parte da Amazônia, compreendendo seus elementos culturais, patrimoniais e identitários.

CAPÍTULO III: POR UMA NOVA CONCEPÇÃO DE MUSEUS

3.1 Do templo das Musas à Nova Museologia

Ao buscarmos estudar a viabilidade da instauração de um processo de musealização sobre os textos que compõem nossas fontes, constatamos a importância de apresentar a noção conceitual de Museu a fim de agenciar debates teóricos sobre o que entendemos por tal.

Percebemos que, na história desta secular instituição, seus termos foram mudando-se e adequando-se a cada realidade. Como diz Taylor em artigo publicado no *The Museum Journal* (1938) cada geração se vê forçada a interpretar este termo impreciso – museu – de acordo com as exigências sociais de cada época.

Oficialmente, museus são “[...] instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de estudo, educação e deleite” (DESVALLÉES *et al* 2013, p. 64).

Para mais do que seus usos essencialmente corporativos, podemos ver museus também enquanto instituições de mediação entre a sociedade e o patrimônio, sendo este tanto material quanto imaterial. Entretanto, para chegarmos até tais acepções, é necessário entendermos de onde tal definição se formula historicamente.

As origens semânticas dos museus nos remetem a Grécia antiga, onde, segundo Suano (1986) existia a casa das Musas, ou *Mouseion*, a qual era uma mistura de templo e instituição de pesquisa que se voltava, sobretudo, ao saber filosófico. Estas Musas eram filhas de *Mnemosine*, deusa da memória, e *Zeus*.

Esta união, na visão de Chagas (1988), transforma as instituições museais não somente em locais de preservação da memória, mas em um campo de batalha. Nas palavras deste autor, “[...] os museus são a um só tempo: lugares de memória e de poder” (1988, p. 20). De memória por sua mãe, divindade de tal artífice, e de poder por lado paterno, *Zeus* senhor do Olimpo, ou seja, é uma luta pela posse do poder da memória. Esta luta confere um caráter eminentemente humano aos museus, ou aquilo que Chagas atentou como a “gota de sangue”.

A biblioteca, ou *mouseion* de Alexandria, é quem irá dar o caráter compilativo aos museus. Segundo Suano (1896, p. 05), ela dispunha de um acervo e tinha por objetivo guardar todo o saber enciclopédico existente, “Assim, com o correr do tempo, a ideia de compilação exaustiva, quase completa, sobre um tema ficou ligada a palavra ‘museu’, dispensando mesmo as instalações físicas.”.

Por outro lado, para Guimarães (*et. al.* 1991, p. 08), gênese dos museus é poética,

"[...] Museu é filho de Orfeu. Orfeu cujo mito é o mais complexo e extenso que há na Grécia: Orfeu fundamentalmente foi poeta, aliás o protótipo do poeta. Com sua lira encantada, amansava os animais, desceu ao inferno (em grego: a parte inferior) para resgatar Eurídice, sua amada, e comoveu Prosérpina, a deusa do inferno, ao ponto de deixar Eurídice sair. Só que Orfeu não resistindo à curiosidade, contra o aviso de Prosérpina, olhou para trás e assim transformou Eurídice numa estátua de sal. No fim da vida Orfeu foi esfacelado pelas Eríneas e seu corpo espalhado através de um sopro, pelo mundo, nas coisas.

Entramos aqui em outra modalidade da identidade e ação do Museu: Museu recompilou as obras do pai. Isto é, museu repropõe a ação civilizadora de Orfeu (a lira que amansa os animais) que depois com sua civilidade e olhar curioso e destacante, retira seu amor (Eurídice), da região dos mortos, da inferioridade, transformando-a a seguir numa congelante (estátua), em objeto símbolo da inteligência (sal).

Finalmente, Museu recompila, reordena, recupera, o espalhamento da poesia nas coisas, isto é, a matriz da ação (poiéo-fazer) em cada coisa ou ainda o que determina o modo de ação de cada coisa no mundo!

É isto, entre outras coisa, que o Museu nos diz que é. O que será que isto nos propõe a pensar?

Em muitas coisas. O Museu, filho de Orfeu, tem olhar seletivo, coleta os fragmentos da poesia de seu pai contido nas coisas, o seu olhar encontra significado nas coisas, o seu valor, o fragmento de Orfeu transforma o objeto cotidiano em “semióforo”⁷, dá a ele um significado.

O Museu-poeta possui o “olhar museológico” capaz de perceber o valor dos objetos ao selecioná-los e ao preservá-los. O “olhar museológico” é o critério poético de Museu para recolher a poesia de Orfeu espalhada nas coisas. Museu não coleta coisas, Museu coleta a poesia que está nas coisas. Museu (poeta incorporado pela instituição museal) e Museologia assumem, então, a responsabilidade pela “...ação criadora de valores culturais e

⁷ Termo utilizado por Marilena Chauí (2001) para descrever algo fecundo, dotado de significado. O objeto semióforo representa um fato, uma pessoa, um local, uma realidade, enfim, alguma coisa cujo valor não é estimado por sua força material, mas sim por seu significado simbólico.

civilizatórios..." (GUIMARÃES *et. al.* 1991:6) como frutos do "fazer" de Museu (ao reunir os fragmentos do corpo de Orfeu) e da ação civilizadora de Orfeu (a lira que amansava os animais), aqui visto como arquétipo. (CURY, 1999, p. 52).

Ambas as concepções são formadas a partir da visão ocidental, pois para o oriente, as concepções museológicas e patrimoniais seguem dinâmicas diferenciadas, ganhando importância muito mais os valores e sentidos a eles atribuídos do que a sua existência material.

A musealização, enquanto fazer museológico ganha este caráter de valorização da poesia de Orfeu. Ao selecionar os objetos para inseri-los em seu contexto, conscientemente esta os preservando.

Por musealização se entende o processo de valoração dos objetos através de ações e procedimentos relacionados ao tratamento de uma peça museológica, perpassando pela aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação (CURY, 1999).

Concomitante ao olhar museológico, vem a seleção do discurso, pois musealizar também é expor/mostrar e esta ação, momento em que o museu se realiza, pois ganha voz, não é em instância alguma arbitrária, ingênua ou inconsciente.

Este discurso é veiculado dentro uma narrativa em uma exposição. Para Ennes (2003) esta narrativa é composta pela diegese e pela trama, sendo a primeira justamente o discurso das coisas, e a segunda o discurso das palavras, a forma de organização dos acontecimentos. Para a mesma autora, a narrativa é ainda uma realidade situada em determinado espaço e tempo, que reflete uma visão de mundo que parte do narrador e de elementos contribuintes.

"[...] todo Museu é um discurso, e intimamente ligado a esta situação, múltiplas faces podem ser desveladas, constituindo, assim, uma realidade museológica atravessada por várias identidades, memórias coletivas e individuais bem como, por uma forte relação de poder" (SILVA, 2013, p. 41).

Tereza Scheiner (2001) busca perceber o Museu através de seu caráter fenomenológico, pois, a partir de tal visão, é possível atentar para sua pluralidade enquanto representação. Ou seja, é possível vê-lo através dos olhos de cada indivíduo e de sua experiência com o mundo.

"Museu é portanto uma poderosa construção sógnica, que se constitui e institui a partir de percepções identitárias, utilizando os jogos de memória e

expressando-se sobre as mais diferentes formas, no tempo e no espaço” (SCHEINER, 2001, p. 96).

Assim, podemos retomar o que já dissemos anteriormente, a construção do discurso museológico não é algo irrefletido, cada exposição irá representar aspectos das visões de mundo dos grupos aos quais se refere, expressando seus valores e traços culturais.

Da mesma forma podemos ajuizar a noção documental a cada objeto museológico, ou melhor, considerar sua musealidade, pois estes são suportes de informações historicamente forjadas. Como defende Ulpiano Bezerra (1992, p. 111), a musealização é o “processo de transformação do objeto em documento”.

Assim, devemos ter ciência que não serão verdades absolutas as informações deles extraídas, mas sim diversas visões de um mesmo fato. “[...] os discursos veiculados nessa documentação, de acordo com o proposto por Roger Chartier, eram meios propagadores de representações do mundo social, os quais visavam difundir valores e expectativas vinculados aos grupos que os forjavam”. (BATISTA, 2004, p. 241).

Como diz Ennes (2003), a exposição, em princípio, não deve exercer função de criação de sentidos, mas sim o contrário, devendo fornecer leituras de certos acontecimentos e dar condições a cada indivíduo para analisar criticamente as informações.

Seguindo em frente com desenvolvimento do campo museal, vamos perceber que o século XX marca fortemente as mudanças nas concepções nacionais e internacionais sobre as instituições museológicas, quer por seus aspectos revolucionários, que impuseram novas demandas a função dos museus, quer por seus traços inovadores, que da mesma forma ampliaram sua perspectiva de trabalho.

Apesar de no Brasil desde a década de 30 já existirem lutas pela defesa do patrimônio cultural nacional, marcada principalmente pelo movimento modernista que, a luz de artistas como Mário de Andrade e Oswaldo de Andrade, buscavam a essência de uma identidade nacional, no campo museológico é somente a década de 80 que vão ter lugar nos museus tais estudos.

Iniciada pela declaração de Santiago do Chile em 1972, a Nova Museologia vai propor uma série de formulações políticas e científicas no campo. As ações preservacionistas agora centram-se mais no indivíduo e na coletividade. Para mais

do que isso, este movimento busca ultrapassar fronteiras ao pensar as ações museológicas além dos muros do museu, visando alcançar a sociedade. A Nova Museologia foi de suma importância para o desenvolvimento conceitual da Ecomuseologia, dos Museus Comunitários e da Museologia Social.

Contudo, apesar das variadas incitações e novas pretensões que o movimento alvitrou, ainda se nota que pensares focados para a percepção fenomenológica imaterial dos Museus ainda não foi alcançado. As concepções ainda atrelam-se materialidade, e não conseguem ajuizar o acontecimento do museu independente de um espaço físico (SILVA, 2013).

Segundo Lima (2007), foi a concepção de “Templo” das Musas que condicionou historicamente a existência dos museus a espaços materiais, além do uso discriminado do termo “Templo” para designar moradia.

Certamente sabemos que este trabalho possivelmente também não alcançará este intento, pois de uma forma ou de outra ainda estamos ligados a materialidade por meio da corporificação das memórias dos viajantes em seus livros. Mas adiantamos que seguramente sua condição material possui importância menor ou de igual valor ao conteúdo veiculado.

Temos ciência da importância do *mouseion* para a constituição dos Museus enquanto entendemos hoje e, para além, apreendemos que tanto esta acepção primeira, quanto a de Museu filho de Orfeu, são complementares. Todavia, apesar de serem complementares, não são obrigatoriamente ligadas, ou seja, as duas noções podem ser pensadas individualmente (SILVA, 2009). Desta forma, buscaremos desenvolver nossas conclusões neste trabalho a partir de sua significação imaterial.

Museus podem existir para além de sua perspectiva material, ele ultrapassa a fronteira de prédios ou casas, vive na dinâmica do devir, da mudança, é um fenômeno (SILVA, 2013)

Como fenômeno, o Museu é livre e plural: pode existir em qualquer espaço, em qualquer tempo. Inexiste, portanto, uma forma ideal de museu, que possa ser realizada em diferentes realidades: o museu toma a forma possível em cada sociedade, sob a influência de seus valores e representações (SCHEINER, 1998 *apud*. SILVA, 2013, p. 47).

3.2 A Literatura no Museu ou o Museu Literário

Buscamos defender neste trabalho a visão das fontes (Literatura de Viagem) enquanto um grande museu conceitual. Para chegarmos a tal “sacação” (SEVERINO, 2000) fomos guiados por alguns fios condutores a partir de leituras de fontes empíricas e teóricas.

Se pensarmos os museus a partir de uma perspectiva de preservação e valorização de memórias, podemos, no momento em que as narrativas ajudam a forjar novos locais de memória - muitos destes aliás com uma rica capacidade de dar visibilidade a determinados aspectos que muitas outras fontes ignoram - assemelha-las a instituição museu, pois ajudam a preservar e difundir geomemórias ali contidas

Contudo, como já atentou Mário Chagas (1988) museus são locais de memória e poder, assim, as memórias dos viajantes, corporificadas em livros e periódicos, podem ser vistas dentro deste campo de embate na medida em que, ao partirem para aventuras em um local distante, seus autores produzem uma imagem do “outro”, imagem esta que é formada de acordo com sua consciência de mundo, sua representação é forjada em jogo de poder, onde o próprio viajante se estranha, pois não está em local familiar, é ele (viajante) quem se coloca na fronteira, na zona de contato.

Nas palavras de Chagas (2007, p. 06)

Como tecnologias ou ferramentas que articulam múltiplas temporalidades em diferentes cenários sócio-culturais, como territórios que propiciam experiências de estranhamento e familiarização, como entes que devoram e ressignificam o sentido das coisas, os museus operam com memórias e patrimônios [...].

Desta forma, dentro do campo de batalha, percebemos também que se faz presente a disputa da memória, onde esquecer e lembrar travam uma briga política. Ao construírem suas narrativas, os viajantes fazem uma seleção, elegem o que consideram importantes e excluem o que desconsideram, revelando um caráter de seletividade, intencional ou não, “crivada” com a condicionalidade cultural de cada um.

“[...] a materialização da memória em obras de arte, em espécies recolhidas, publicações ou documentos tem estado comprometida com os valores temporais e dos extratos sociais hegemônicos. [...] Esses conjuntos possuem estrutura organizacional, com pirâmides de poder, a envolver funções e sistema de promoção aliado às

restrições e às penas, denunciando uma carga ideológica adensada.”
(LOURENÇO, 1999, p. 60)

As narrativas são a coleção deste grande museu, elas formam o elo de ligação entre o público e a instituição, ou melhor, elas formam elos entre fatos que são expostos nos livros. Desta forma, ganham a função simbólica de “testemunho de uma realidade” (ENNES, 2003, p. 01) a qual o museu (textos) preserva e reproduz.

A exposição, aliás, aqui é de suma importância, pois ao questionar-se sobre o que é uma exposição, Scheiner (1996, p. 13) responde:

É o principal veículo de comunicação dos museus com a sociedade, a atividade que caracteriza e legitima o museu como tal. Sem as exposições, os museus poderiam ser coleções de estudos, centros de documentação, arquivos; poderiam ser também eficientes reservas técnicas, centros de pesquisa ou laboratórios de conservação; poderiam ser, ainda, centros educativos cheios de recursos – mas não um museu.

As realidades são eleitas a partir de visões de mundo de seus elaboradores, desta forma, ao visitante do museu, no nosso caso os leitores das literaturas, cabem analisa-las de acordo com suas perspectivas, dando suas significações a elas.

Poderíamos criticar o caráter museológico destes textos a luz do entendimento de que eles, para além do seu cientificismo, em grande parte também se voltavam ao entretenimento, a sanar curiosidades de estrangeiros sobre o novo mundo. Contudo, se fizermos uma analogia com as musas do *mouseion*, vamos ver que, na perspectiva de Lourenço (1999, p. 61) “[...] como sedutoras dançarinas e cantoras divinais, [as musas] são relacionadas ao entendimento dos museus como entretenimento social” (acréscimo nosso), ou seja, o museu é também lugar de entretenimento e descontração.

Não podemos deixar de dizer que os viajantes também ganham importante papel, pois são eles os materializadores das memórias, o que está narrado foi formado a partir de seu “crivo” cultural. Eles possuem o “olhar museológico”, seletivo, que busca a poesia de Orfeu nas coisas e, ao encontrarem, a coleta, reordena e recupera (CURY, 1999).

[...] recolher aqui e ali objetos e “coisas” seja como recolher pedaços de um mundo que se quer compreender e do qual se quer fazer parte ou então dominar. Por isso é que a coleção retrata, ao mesmo tempo, a realidade e a história de uma parte do mundo, onde foi formulada, e, também, a daquele homem ou sociedade que a coletou e transformou em coleção. (SUANO, 1986, p. 12).

O olhar dos viajantes, ao entrar em contato com o “outro”, irá estranhá-lo, irá olhar e relatar o que a seus olhos é diferente. Deste modo, o museu ainda ganha uma importância a mais, pois muito do que é diferente para ele é comum ao homem local, o seu olhar capta o cotidiano, as coisas comuns, que dificilmente são relatadas por outras fontes.

O viajante, ao observar a realidade marajoara, a representa de forma tanto literária quanto museológica, atribuí a ela novos sentidos e forja novas histórias, recriando casos e mitos fincados nos Marajós.

Assim, percebemos que, em tudo o que foi exposto, existe uma experiência museológica, um museu conceitual. Os textos são museus onde a preservação da memória se dá através de sua existência física.

CAPÍTULO IV: REPRESENTAÇÕES MARAJOARAS EM NARRATIVAS MUSEAIS

A região marajoara foi, durante o século XIX, foco de interesse de muitos viajantes que vinham para o norte do Brasil e se aventuravam, principalmente, a subir o rio Amazonas de sua foz, em Belém, até a cidade de Manaus.

As vias fluviais, sendo o meio de transporte principal, favorecem as passagens dos viajantes pela Amazônia Marajoara, pois este era caminho obrigatório para quem fazia o trajeto até a capital amazonense.

Outro fator de grande importância é a abertura dos rios amazônicos a navegação estrangeira. Apesar de bem existirem navios clandestinos de nações estrangeiras navegando pela região anteriormente, a abertura impulsionou a vinda de viajantes para a Amazônia que, aliada a introdução do navio a vapor – até 1852 os barcos e navios eram movidos a vela – diminuíram o tempo e melhoraram as excursões na Amazônia.

Por lá passaram etnógrafos, naturalistas, padres, artistas, chefes de governo, funcionários públicos, profissionais de museus, etc. que narraram suas aventuras e registraram modos, saberes, fazeres, hábitos e patrimônios marajoaras. Muitas das descrições fornecem ainda possibilidades de análises de conflitos entre percepções, laços de pertença e cosmologias de populações locais.

Dentre alguns nomes dos que por lá passaram, podemos destacar: Emilio A. Goeldi, Alfred Wallace, Adalberto da Prússia, Daniel Kidder, Ferreira Penna, Henry Bates, Orville A. Derby, Paul Le Cointe, Edison Carneiro, Augusto Pinto, Antonio Baena, Luiz e Elizabeth Agassiz, Auguste Plaine e Henry Pearsen. Seus trabalhos são em grande parte já publicados em língua portuguesa.

Para além, é possível analisarmos também em tais tomos, representações geohistóricas de momentos que oficialmente os estudos deixam à margem, como é o caso da *Belle Époque*, que tem seus estudos focados majoritariamente em centros como Belém e Manaus. Por intermédio da documentação, podemos ver interações e dinâmicas outras que regiões não centrais tiveram, evidenciando realidades paralelas daquelas engessadas pela história oficial.

Apresentamos a seguir algumas divisões categóricas de temáticas que são evidenciadas pelos viajantes, expondo suas representações sobre o mundo marajoara com o qual interagiram. Esta divisão, segue a dúplici exótica do olhar do viajantes que hora vê o exotismo na natureza, apresentando animais e plantas

exóticas, hora ressaltava o exotismo dos seres humanos, com hábitos e costumes estranhos. (CONSTANTINO, 2012).

4.1 Por entre rios e matas: a literatura [científica] de viagem nos Marajós

Em suas excursões, os viajantes passavam grande parte do tempo dentro de navios em traslado entre cidades. Apesar de fazerem algumas paradas para abastecimento em vilas marajoaras, grande parte dos relatos parte de visões passageiras. Assim, nestas idas e vindas, a paisagem principal era composta por rios e matas, o que conforma o aparecimento de imensas descrições sobre tal característica.

Sendo região muito rica em flora e fauna, além é claro, de importância geológica e histórica para a compreensão da colonização brasileira, a Amazônia Marajoara foi intensamente grafada por viajantes do século XIX. Em tais registros, sua exuberância e variedade natural é sempre exaltada, quer em poetizações dos autores, quer em descrições mais “frias” cientificamente.

Henry Walter Bates, entomólogo e naturalista inglês, promoveu uma excursão de 11 anos (1848-1859) pela região amazônica. Enviado pelo Museu de História Natural de Londres, recolheu em suas viagens mais de 14 mil espécimes, em sua maioria de insetos, que enviou aquela instituição. Em sua volta a Inglaterra, teve contato com o livro recém publicado de Charles Darwin *A Origem das Espécies* (1859), o qual muito influenciou em suas análises sobre a origem e desenvolvimento da fauna amazônica. Publicou o livro *The Naturalist on the River Amazons* (1876), onde descreve suas aventuras pela região amazônica.

Em sua passagem pelos estreitos de Breves⁸, ele descreve a paisagem natural que vê:

A mata era extraordinariamente variada. A copa arredondada de algumas árvores gigantescas, pertencentes a ordem das leguminosas e das bombáceas, se eleva muito acima da altura média da muralha de verdura. A palmeira miriti, de folhas em leque, aparece aqui e ali no meio de outras árvores, com um outro espécime sobressaindo acima do resto, ereto como uma coluna. A graciosa palmeira-açaí formava pequenos grupos e compunha, com sua plumosa folhagem, um belo quadro que tinha por fundo a compacta massa de verdura. [...] Uma infinita variedade de pequenas

⁸ Região de rios formada por inúmeras ilhas menores próximas a cidade de Breves.

palmeiras enfeitava a beira da água, vendo-se entre elas a marajaí (muitas espécies de *Bactris*), a ubi (*Genoma*) e umas poucas e majestosas bacabas (*Oenocarpus bacaba*). (BATES, 1979, p. 96)

Característica do cientificismo que toma conta da literatura de viagem a partir do século XIX, a descrição o mais detalhada possível, atentando para o maior número de espécies e sua respectiva identificação científica em latim, domina no relato de Bates.

O autor tenta repassar de maneira mais completa que pode a paisagem que vê, ele tenta capturá-la e traduzi-la em um jogo de palavras materializadas em seu diário. Nesta tradução, entram em conflito suas percepções subjetivas, onde a exuberância e variedade da flora chamam atenção do autor, mas ao mesmo tempo ele busca não ultrapassar a linha divisória entre suas percepções pessoais e as características científicas ali presentes. Assim, neste relato, como em outros que seguem em seu livro, a paisagem é sempre vista com olhos conflitantes.

Outro aspecto natural da região de grande importância são os rios. Eles chamam a atenção dos viajantes por suas características peculiares, indo desde seu grande volume d'água até suas centenas de metros de largura. Sua importância é reconhecida no livro *As Regiões Amazônicas, Estudos Chorographicos dos Estados do Gram-Pará e Amazonas* (1896), de autoria do Barão de Marajó.

José Coelho da Gama Abreu, o Barão de Marajó, foi professor, diretor de obras públicas, responsável por obras de grande importância para a cidade de Belém como o Bosque Rodrigues Alves e o palácio Antônio Lemos, foi deputado, presidente das províncias do Gram-Pará e Amazonas e intendente da capital paraense.

Em seu livro relata que:

A ilha de Marajó é rasgada por grande número de rios, sendo os principais deles: o Igarapé-Grande, o Mapuá, Cururu, Arapixi, Ganhoão, Arary, Pracuúba, Canaticú, Muaná e Marajó-Assú. Fora estes ainda encontro os seguinte que, reputa dos pequenos nesta região os grandes rios, na Europa faziam ótima figura: Guajará, Mutuacá, Piriá, Pacujuiá, Camotins, Atua, Anajás, Anabijú, Tauá, Tucumanduba, Juburuacá, Gurupatúba, Caracará, Camará, Tartarugas, Paracuary, Araruna, Cambú, Jarauú, Jararaparaná, Cajuna, Pururé, Hiapixa, Pixi-pixi, e Macacos. (MARAJÓ, 1896, p. 303-4).

Para mais do que via de transporte, o rio expressa uma íntima relação para com as matas. Entre períodos de cheias e secas, ele a fecunda com a semente da

fertilidade, que garantem permanências e transformações na paisagem de igapó, onde matas hora alagadas tem sua fauna composta principalmente por peixes, hora seca, com predominância de caranguejos e aves em busca de alimentos deixados pelas águas.

A fauna marajoara também é bastante estudada, sendo em grande parte uma das principais procuras de viajantes que pela região passam, haja vista que buscavam formar grandes coleções para museus e zoológicos.

Emílio Goeldi, zoólogo suíço, que chega ao Brasil em 1884 na condição de diretor do Museu Nacional e posteriormente, em 1894, se torna diretor do Museu Paraense que futuramente irá levar seu nome, tem importante papel na descrição da fauna amazônica. Durante sua gestão à frente do Museu, ele cria a série de publicações intituladas *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, que se caracterizam como relatórios científicos sobre as ações da instituição.

Em sua passagem pela Amazônia Marajoara na última década de século XIX, Goeldi nos mostra que a região era abundante principalmente em macacos, não no quesito variedade de espécies, mas sim em quantidade de indivíduos. São destacados por ele os gêneros *Mycetes Belzebul*, *Mycetes fuscus*, *Saimiris*, *S. sciurca*, como principais componentes.

O zoólogo ainda evidencia a presença animais carnívoros como “[...] a onça ou jaguar (*Felix onça*), depois o guaxinim (*Procyon cancrivorus*), o cachorro do mato (*Canis brasiliensis*) [...]” (GOELDI, 1902, p. 375).

A onça ganha o foco de muitos viajantes, tendo destaque principalmente a sua caça, junto a de jacarés, por grandes proprietários de terras e seus escravos e funcionários negros e índios, que buscam preservar seus rebanhos dos ataques destes animais.

Um viajante que amplo relato nos fornece para análise das caçadas é Alfred Russel Wallace. Este naturalista, biólogo, geógrafo e antropólogo britânico, visitou a região amazônica junto com Henry Bates no final da década de 1940. Ele dedicou grande parte de seu tempo em solo marajoara na ilha Mexiana, sendo acolhido pelo Sr. Leonardo, um alemão administrador da ilha que tomava conta da propriedade enquanto seu dono, Sr. C., habitava na capital Belém.

De forma geral, o viajante descreve a experiência da chegada e o entorno da localidade da seguinte forma:

Logo fomos guiados para os quartos, que nos haviam sido destinados na casa, a qual é espaçosa e tem um pavimento superior. [...]

Em redor do edifício, viam-se muitas laranjeiras e mangueiras, e, mesmo em frente, uma fileira de choupanas, onde residem os vaqueiros, ou guardas do gado, os quais são, na sua maioria, negros e escravos. (WALLACE, 2004, p. 26)

Mais adiante abordaremos a questão das populações da ilha. O que gostaríamos de destacar inicialmente é que nesta estadia, o viajante teve oportunidade de vivenciar e narrar suas experiências sobre as caçadas. Em uma ocasião, foi ele convidado pelo administrador da ilha à acompanhá-lo em uma caçada, descreve o viajante a aventura da seguinte forma:

Alguns negros entraram na água, levando compridas varas, com as quais empurravam os animais para o lado, onde outros os esperavam com arpões e laços.

De quando em quando, um laço era jogado sobre as cabeças dos jacarés, ou, se algum já tivesse sido arpoado, outro laço era arremessado para prendê-lo, quer pela cabeça, quer pela cauda, e assim é fácil mente puxado para a praia, pelos esforços conjugados de dez ou de doze homens.

Outro laço ainda é jogado, se assim for preciso, para ter o animal preso em ambas as extremidades.

Na ocasião de ser arrastado para fora da água, um negro, armado de machado, cautelosamente dele se aproxima, e, com um golpe seguro corta-lhe a cauda, tornando completamente inútil a formidável defesa do bicho, e, desfechando-lhe logo outro golpe, sobre o pescoço, separa a cabeça do tronco. Este é assim deixado ali no chão.

Em seguida, começa a perseguição a outro animal, que, pela mesma forma, dentro de pouco tempo, fica reduzido a idênticas condições.

Acontecia, às vezes, romper-se o laço, ou o arpão desprender-se, e os negros tinham então que patinhar na água, no meio dos ferozes animais, de maneira horripelantemente arriscada.

Tinham aqueles bichos dez a dezoito pés de comprimento, alguns chegando mesmo a vinte, com enormes e disformes cabeças e horríveis fiadas de longas e aguçadas presas.

Depois de muitos deles já se acharem em terra, uns mortos, outros ainda morrendo, foram em seguida abertos, para extrair-se-lhes a banha, acumulada em torno das entranhas, em grande quantidade, e que era retirada e colocada sobre os couros dos menores, couros esses tirados especialmente para tal propósito.

Há outra espécie menor, aqui chamada “jacaretinga”, cuja carne é a preferida para se comer, sendo muito mais delicada do que a das espécies maiores.

Após ter matado uns doze ou quinze jacarés, o administrador e os seus homens foram dali para outro lago, situado a curta distância, onde tais bichos ainda são encontrados em maior número, e, até ao escurecer, já haviam matado cerca de 50.

No dia seguinte, foram mortos ainda mais uns 20 ou 30.

Em seguida, iniciou-se a extração da banha dos que foram mortos na véspera. (WALLACE, 2004, p. 139-40).

Impressiona neste relato a quantidade de animais abatidos, em dois dias de caçada foram mortos mais cem jacarés. Do animal morto são extraídos a banha e o couro, sendo a banha utilizada para produção de óleo e o couro, segundo o próprio Wallace, para fazer suportes para carregar a banha.



Figura 1: Matança de Jacarés
(Fonte: *Álbum do Pará* – 1908, p. 163)

Entretanto, o que chama a atenção é a forte presença negra na caçada. Como já dito anteriormente neste trabalho, muitos dos viajantes, em prol de uma escrita científica, excluem a presença humana da paisagem, às vezes a escolha da própria impessoalidade na narrativa deleta até mesmo a presença do viajante no texto.

Wallace relata que a fazenda tinha uma população composta de aproximadamente 40 pessoas, sendo que desse total haviam cerca 20 escravos e o restante eram de índios e negros livres. Estes grupos criaram uma “zona de contato”, um zona de trocas socioculturais, onde fazeres, saberes e cosmologias foram (re)criadas no bojo destas novas interações.

Estas relações estão dentro daquilo que Pacheco (2009) denominou de *afroindígena*. Para ele, é impossível pensar a presença africana na região marajoara desligada das interações, trocas e redes de sociabilidade que foram estabelecidas com grupos nativos da região.

Estas “zonas de contato” ficam mais evidentes quando pensamos que a ilha Mexiana fica em espaço de florestas e que nestas, em contraposição aos campos, a diversidade ganha impulso em favor da facilidade de circulação cultural. Assim, constata Pacheco (2010, p. 98),

Enquanto na região de campos, índios, negros, afroindígenas viveram em cercamentos de fazendas sem grandes contatos com o mundo externo em função da própria dinâmica de trabalho empregada por senhores e feitores, no espaço de florestas, a diversidade de rios abertos para todos os lados, interligando e facilitando a circulação de povos e culturas, ajudou a gestação de identidades plurais alinhavadas em mediações que aglutinaram traços indígenas, negros escravos, fugitivos quilombolas, nordestinos e estrangeiros como portugueses, judeus, turcos, norte-americanos.

Wallace ainda nos fornece uma narrativa sobre as ocupações, rotina e a religiosidade destes grupos,

Alguns deles cuidam da criação de aves e de patos, que vendem para comprar o que precisam.
Outras vezes vão também pescar, para suprir a casa.
E assim têm tudo.
Aos sábados, reúnem-se de noite para serviço religioso, que se realiza em seu quarto adaptado para esse fim, com uma capela e um altar, decorado pomposamente com a imagem da Virgem e de seu Filho, além de muitos outros santos dourados e pintados com cores muito brilhantes.
Algumas dessas imagens são da lavra do Sr. Leonardo, que é um excelente gravador-amador.
Quando se acendem as velas e tudo está em ordem, o efeito é igual de muitas capelas das vilas e das cidades.
Dois negros idosos dirigem a cerimônia, ajoelhados diante o altar.
O resto ajoelha-se ou permanece de pé em roda da sala.
O que eles cantam, assim o acredito, é uma parte do serviço de vésperas ou ladainhas da Igreja Católica Romana.
Todos os presentes acompanham a reza e respondem com muito fervor, embora não lhe compreenda as palavras.
Domingo é o dia destinado para o trabalho em seus quintais, para caçar, ou então descansar, como preferirem.
À tarde, por vezes, reúnem-se na varanda, para dançar.
Isto se prolonga até tarde, quando não consome a noite inteira.
(WALLACE, 2004, p. 131-2).

Além de suas ocupações usuais, que envolviam desde a caça de jacarés até os trabalhos como “peão” da fazenda, os negros, em relações de *afroindigeneidade*, ainda faziam uso do solo e da pesca. Recriaram o calendário religioso, onde os

sábados são dedicados ao culto e o domingo ao descanso, em analogia a teoria criacionista bíblica.

O relato ainda permite analisar que populações locais igualmente expressam uma devoção na ótica intercultural, onde “[...] campos e florestas participaram de uma religiosidade herdada de seus antepassados. Trata-se de tradições que foram válidas para tempos mais recuados, quando a presença do pajé, do curador, do pai de santo, do rezador substituíam a ausência do padre e do médico.” (PACHECO, 2010, p. 101).

As cantorias, outro aspecto importante, neste caso são referentes a religião católica, entretanto, elas também são produzidas a partir de extrações de acontecimentos diários: uma caçada, um castigo, um evento, “A sua música juntam um canto improvisado, geralmente relatando alguns dos acontecimentos do dia. Os feitos dos “brancos” muitas vezes constituem considerável parte de tais descantes.” (WALLACE, 2004, p. 131). Um dos relatos nos permite ver de que forma um cântico foi elaborado:

O batismo é considerado ali como uma das mais importantes cerimônias.

Assim, o pai e a mãe, com os avôs e as avós, saíram em uma canoa, para irem a Chaves, na ilha de Marajó o lugar mais próximo onde havia um sacerdote.

Gastaram três dias nessa viagem.

Na sua volta, trouxeram a notícia de que o padre estava doente, e não pôde, por isso, realizar-se a cerimônia.

E, desta sorte, foram obrigados a trazer a pobre criança ainda pagã.

De conformidade com as suas idéias se ela morresse, estaria na perdição eterna.

Na mesma noite cantaram, durante umas três horas, sua música habitual, toda a história daquela jornada perdida.

Eu assim presumo por ter apanhado algumas trechos, que eram aqui e acolá inteligíveis.

Sobre cada fato, entoam um verso, que é várias vezes repetido.

Assim, um deles repentinamente prorrompia:

“O padre estava doente, e não podia vir.”

“O padre estava doente, e não podia vir.”

O coro então repetia:

“O padre estava doente e não podia vir.”

“O padre estava doente e não podia vir.”

[...]

“Ele disse para voltarmos no dia seguinte,

“Para vermos se ele estava melhor.”

E daí o coro:

“Ele disse para voltarmos ao dia seguinte,

“Para vermos se ele estava melhor.”

E, assim por diante, até ao fim da história [...] (WALLACE, 2004, p. 133-4)

É interessante entendermos estes enquanto momentos de sociabilidades, onde os grupos se encontram e recriam sua cultura, resistindo a relações de exploração historicamente forjadas.

[...] no período da colonização, a convivência cotidiana com exercícios de exploração, desigualdade, epistemicídio, controle de manifestações populares, mesmo representando baixa no acervo cultural e humano dos grupos nativos e diaspóricos em encontros no cenário Amazônico, não conseguiu aniquilar o poder de seus saberes locais; igualmente não apagou sentidos de memórias ancestrais herdadas em torno de cultos a divindades, ritos, símbolos, festejos, danças, cantos, contos, práticas de confecção de objetos da cultura material de uso doméstico e de celebração, heranças com as quais comunidades indígenas, negras e afroindígenas davam sentido e garantiam sua existência. (PACHECO, 2011, p. 2-3)

Os viajantes, que passavam para o interior da Amazônia, adentravam o Marajó das Florestas, de forma que em seus escritos há a prevalência de características de tal espaço e de suas populações. Dentre estes, estão também cidades e vilas, que apesar de muitas descritas de forma bem breve, expõem realidades locais.

4.2 Cidades-Florestas na Amazônia Marajoara

A expressão Cidade-Floresta remete a pensar noções de uma urbanidade singular que se elabora pelos saberes, linguagens e experiências sociais de populações formadas dentro de uma outra lógica de cidade, onde antigos caminhos de roças cedem lugar à construção e ruas de chão batido, depois asfaltados, assim como à permanência de práticas de viveres ribeirinhos nesses novos espaços de moradia. (PACHECO, 2006, p. 24).

Partindo da percepção de que a constituição de vilas e cidades marajoaras são forjadas dentro de dinâmicas urbanas singulares, onde as relações cidade e floresta se expressam em lógicas singulares de viveres, Pacheco (2006) evidencia a importância das matas na vida de populações locais que passam a habitar cidades.

Tomando este ponto de vista, percebemos que cidades marajoaras são representadas entre os viajantes de formas diferentes, sendo suas impressões condicionadas ao momento histórico em que cada um vivenciou a região, tendo o final da década de 1860 e início de 1870 o marco divisor. Na primeira metade os

relatos enfocam aspectos gerais de singelas vilas, já na segunda, um quadro contrastante, onde são narradas, principalmente, as desgraças trazidas para as cidades a extração do látex.

Entretanto, é importante antes pensarmos a singularidade das paisagens marajoaras, percebendo as particularidades e imbricações. Pacheco (2009) busca pensar a região a partir de duas grandes perspectivas: o Marajó dos Campos e Marajó das Florestas. A primeira a nordeste, onde principalmente tem-se o prevalecimento de grandes campos alagadiços e a cultura do gado domina e a segunda a sul e sudoeste com densas áreas de florestas, economicamente voltada para extração de drogas do sertão e da borracha.

Emílio Goeldi, em constatação de tal fato, relata:

Se traçarmos uma diagonal que, partindo da foz do rio Cajuúna, vai até a embocadura do rio Atuaá, teremos Marajó obliquamente divididas em duas partes quase iguais, uma a nordeste, outra a sudoeste. A primeira metade é caracterizada pelas imensas planícies dos campos e das savanas, onde existe uma criação de gado bastante considerável, se bem que tecnicamente imperfeita; na metade sudoeste, em que predomina a floresta virgem, tipicamente amazônica, expande-se, sob o signo de Aquário, a colheita da borracha. (1902, p. 371).

Nesta passagem, Emílio Goeldi expõe sua visão particular sobre a criação de gado na região, taxando-a de imperfeita. Para além, é interessante notarmos também seu julgamento da floresta enquanto virgem e intocada. Esta percepção do viajante é construção ocidental da categoria “natureza” e nos coloca diante do quadro dicotômico de natureza x cultura.

A cosmologia das sociedades ocidentais modernas tem seus valores, representações e ideologias permeadas pela idéia de natureza como exterior ao humano – fenômenos universais não pertencentes ao universo das sociedades humanas, isto é, exteriores à denominada tradição social. (LOUREIRO, 2007, p. 160).

Contudo, os sentidos atribuídos a natureza são historicamente variáveis e “intrinsecamente culturais” (LOUREIRO, 2007, p. 160), de forma que diferentes grupos constituem múltiplas relações com o meio.

Assim, defende Viveiro de Castro (1996, p. 115) que “[...] a distinção clássica entre Natureza e Cultura não pode ser utilizada para descrever dimensões ou domínios internos a cosmologias não-ocidentais [...]”, precisamos relativizar os

conceitos de cultura e natureza, atentando para as diversas relações historicamente forjadas por diferentes grupos.

Se pensarmos em uma perspectiva ameríndia, Viveiro de Castro (1996, p. 116) ainda nos mostra que ambas as categorias, “cultura” e “natureza”, assumem percepções diferentes, onde “[...] não só não subsumem os mesmos conteúdos, como não possuem o mesmo estatuto de seus análogos ocidentais — elas não designam províncias ontológicas, mas apontam para contextos relacionais, perspectivas móveis, em suma, pontos de vista.”

Pensado dessa maneira, continuemos nossa viagem pelos Marajós, desta vez evidenciando nas narrativas as descrições de vilas marajoaras.

Adalberto Fernando Berengar Victor, também conhecido como Príncipe Adalberto da Prússia, era filho do kaiser Guilherme II da Alemanha, veio à região amazônica em 1842, em uma expedição etnográfica de aproximadamente dois meses e meio, onde viajou, dentre outras, pelas regiões de Gurupá e Breves. Em sua descrição sobre a cidade de Breves, ele diz:

“[...] prosseguimos nossa viagem por um curto trecho, até Breves, que ficava perto e que poucos minutos depois avistamos sobre uma projeção com 2 a 3 metros de altura, da barrenta e lamacenta margem do Marajó. Algumas touceiras de bananeiras misturavam-se por entre os dois curtos renques de casas que constituíam o lugarejo, de que a alta floresta virgem era o fundo. As casas desta rua, que desce em direção à água, são em parte construídas sobre estacas, que nas marés baixas elevam-se de 1 a 15 metros acima do solo. Suas paredes são ou de troncos de palmeiras rachados ao meio, ou de uma armação de varas revestidas de pecíolos de palmeiras; os telhados são de folhas de palmeiras. As janelas são, na falta de vidraças, providas de esteiras de cana em forma de grades [...]” (PRÚSSIA, 1842, p. 150).

Por seu lado, Bates (1979, p. 95), em sua passagem pela vila de Breves na década de 1850, mostra que

O lugar se compõe de cerca de quarenta casas, a maior parte das quais ocupadas por comerciantes portugueses. Umas poucas famílias indígenas residem ali, ocupando-se do fabrico de potes de barro ornamentais e com pintura de cuias, que vendem para os comerciantes ou viajantes de passagem por ali. As cuias – vasilhas feitas para beber feitas de cabaças – são pintadas as vezes com muita arte. A brilhante cor preta que serve de fundo é produzida por uma tinta feita com a casca de uma árvore chamada Comateú, cuja consistência gomosa produz um belo lustro. A cor amarela é obtida da tabatinga, um tipo de argila; a vermelha vem das sementes de urucu e o azul é produzido pelo anil plantado ao redor das

choupanas. A arte faz parte da cultura indígena amazônica, mas unicamente as tribos pertencentes à linhagem do tupis – que se enraízam e se dedicam a agricultura – a praticam (BATES, 1948, p. 95).

As vilas descritas são singelas, com população vivendo principalmente do comércio, artesanato e do extrativismo de materiais diversos das florestas, estabelecendo uma relação intrínseca com as mesmas, além de notarmos, na narrativa, a presença de saberes de populações locais que entraram em desuso. Podemos dizer, assim, que “[...] formas de viver, trabalhar, costumes, tradições começaram a se revelar como lugares de memórias.” (PACHECO, 2006, p. 28-9).

Pacheco ainda nos proporciona pensar a partir de uma perspectiva de Pierre Norra, para o qual não são somente documento, monumentos ou qualquer outro suporte material que se constitui enquanto documento, mas também os valores e significados que populações lhes atribuíam (PACHECO, 2006).

Apesar do cientificismo tomar conta dos relatos de grande parte dos viajantes, a exemplo Henry Bates, existiam também aqueles que buscavam aliar a ciência e a religião. O casal Jean Louis Rodolphe Agassiz e Elizabeth Cabot Agassiz, são representantes desta categoria. Ele era zoólogo e geógrafo suíço, ela era um importante educadora norte-americana, co-fundadora e primeira presidente da *Radcliffe College*. Ambos se ligavam a grupos que defendiam o criacionismo a partir de uma perspectiva científica. Vieram em expedição científica a Amazônia entre os anos de 1865 e 1866, com intuito de estudar as espécies de peixes do rio Amazonas, além de buscar comprovar as teorias criacionista. Escreveram juntos o livro “Viagem ao Brasil 1865-1866”, publicado pela primeira vez em 1867. Este livro possui a singularidade de um dos autores ser mulher, fato raro no momento apesar da popularização do gênero literário, pois as etnografias produzidas pelo gênero feminino eram geralmente enquadrados na categoria de relato pitoresco ou descrições artísticas (KURY, 2001).

Os viajantes relatam, em sua passagem pela cidade de Breves, suas impressões:

A sua população, como a de todos os pequenos estabelecimentos do Amazonas inferior, é o produto da mistura das raças. Vêm-se aí os traços regulares e a pele clara do homem branco, a grosseira e lisa cabeleira preta do índio, ou então as formas metade de negro, metade de índio que apresentam os mestiços cujos cabelos não

possuem mais ondulações finas. Ao lado dessas misturas, mostra-se o puro tipo índio: fronte baixa, face quadrangular, ombros rigidamente em ângulo reto e muito altos, sobretudo nas mulheres. Na primeira cabana em que entramos, só havia uma índia mestiça. De pé, na galeria aberta da pequena construção de palha, tem em volta de si uma mercadoria coberta de penas, periquitos e papagaios de toda espécie e tamanho que ela aprisionou para vender. Depois de passar a vista por várias dessas cabanas, de comprar um ou dois macacos, alguns papagaios e alguns vasos – tão feios quanto curiosos, diga-se a verdade – penetramos na floresta e vagamos ao acaso colhendo plantas para nossos herbários. As palmeiras são mais abundantes, maiores e mais variadas que as que temos encontrado até então. Ao crepúsculo, voltamos para bordo, onde nos aguardava uma multidão de rapazes e alguns outros habitantes mais velhos do lugar. Trazem cobras, peixes, insetos, macacos, etc. Tendo-se espalhado a notícia de que o objeto da nossa visita ao povoado era apanhar “bixos” [sic] todos acorreram carregados de suas mercadorias vivas. (AGASSIZ, 2000, p. 166)

A mestiçagem é vista pelos viajantes como algo ruim, aliás, em grande parte da literatura os autores deixam transparecer sua oposição a tal “mistura”. Assim, como defende Kury (2001, p. 164), “[...] a Amazônia foi palco de coletas para a zoologia criacionista de Agassiz, mas também funcionou como contra-exemplo cultural e racial e ser evitado pela América do Norte.”

A visão anti-miscigenação dos viajantes (aqui não me refiro somente ao casal Agassiz, mas também a diversos outros viajantes que da mesma forma produzem estratificações semelhantes) também pode ser vista quando das descrições sobre os “tipos” brasileiros. Estas classificações, assim grande parte da corrente cientificista do século XIX, possuem grande influência dos trabalhos de Linée que, apesar de ter grande dedicação a botânica, também produziu trabalhos sobre a natureza humana.

Segundo ele, já em 1758, a categoria *homo sapiens* (termo, aliás de sua autoria) era subdividido em seis variedades:

- a) Homem selvagem. Quadrúpede, mudo, peludo.
- b) Americano. Cor de cobre, colérico, ereto. Cabelo negro, liso, espesso; narinas largas; semblante rude; barba rala; obstinado, alegre, livre. Pinta-se com finas linhas vermelhas. Guia-se por costumes.
- c) Europeu. Claro, sanguíneo, musculoso; cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis; delicado perspicaz, inventivo. Coberto por vestes justas. Governado por Leis.
- d) Asiático. Escuro, melancólico, rígido, cabelos negros; olhos escuros; severo, orgulhoso, cobiçoso. Coberto por vestimentas soltas. Governado por opiniões.

- e) Africano. Negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos, pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos; Governado pelo capricho. (PRATT, 1999, p. 68).

Esta visão reforça o mito do europeu superior e pode ser enquadrada dentro da crítica boasiana do método comparativo, onde sempre a sua cultura é a superior, está no topo, no ápice do desenvolvimento.

Ainda sobre o relato do casal Agassiz, podemos observar a venda de animais pela população, que aliada a venda de cerâmicas – que na visão particular eurocêntrica dos viajantes se caracterizam como feios e curiosos – formavam sua fonte de renda. Assim, podemos concluir que a Amazônia não somente foi saqueada, no quesito patrimônio natural, mas também vendida.

Ao avançar no tempo, vamos perceber que, com o advento do extrativismo do látex como fonte principal de renda na década de 1870, as cidades mudam seus aspectos, suas populações agora se reduzem, a paisagem que domina se mostra de forma distinta daquela relatada inicialmente e a dicotomia extrativismo *versus* agricultura e pecuária entra em voga.

O embate entre os modelos econômicos se dá a partir da crítica das elites ao extrativismo, pois em sua concepção ele criava uma tradição migratória, de dispersão da população na busca da goma elástica, gerando uma ruralização dos indivíduos – o que era visto como nocivo para o desenvolvimento das cidades do interior e para a própria agricultura que até então dominara o mercado -, além de ir contra os ideais de ordem e civilização que, segundo Batista (2004), guiavam o homem oitocentista. Desta forma, é muito rotineiro encontrar, na literatura oficial, a formação de um embate entre a agricultura *versus* o extrativismo, pois o modelo que futuramente iria ser a base da economia, inicialmente a regredia.

Tavares (2011, p. 114) analisa tal fato da seguinte forma:

“inicialmente, a elite paraense relutou em aceitar o deslanche da indústria extrativa da borracha, pois temiam que a mesma pudesse prejudicar as atividades agropecuárias e os habitantes locais. O receio da elite em relação a borracha, era decorrente da possibilidade de marginalização da economia local, uma vez que a base econômica da região era a propriedade da terra [...].”

A ascendente tomada do modelo extrativista também era mal vista pelas elites políticas e administração provincial da época, pois estas “elites tradicionais”

eram formadas por sujeitos ligados a agricultura, que por sua vez temiam a perda de espaço e mão de obra para suas plantações. (BATISTA, 2004)

É interessante pensar ainda que estes grupos viam a terra, na realidade, em uma perspectiva de que esta deveria ser territorializada, entretanto, apenas a partir de uma visão de domínio (político-econômica)⁹, onde tanto o capital natural, quanto o fixo deveriam ser adequadamente aproveitados de forma a qualificar a capacidade e a potencialidade do território (CHAGAS, 2013).

Vale mencionar, além disso, que para Pimenta Bueno, em *A indústria Extrativa* (1882), era justamente a o extrativismo que fazia com que o valor das terras amazônicas não se elevassem, pois a ocupação irregular e temporária impedia que a construção de benefícios fossem viáveis.

Na concepção dos trabalhadores extrativistas, as fronteiras territoriais eram abstratas, ou seja, a territorialidade era mais expressa a partir de uma dinâmica de apropriação (num sentido mais simbólico) (SOUZA, 1995 apud CHAGAS, 2013, p. 18), onde suas delimitações geográficas eram moventes e temporais, sendo produto do desejo e da necessidade de sobrevivências de cada um (SILVA, 2013).

Muitas vezes estes desejos estavam ligados às sazonalidades dos ciclos e estações do ano. Assim, nas palavras de Costa (2012),

[...] o inverno amazônico, período das grandes chuvas e das enchentes, é o período de escassez. A pesca é rara, a caça e a coleta de frutos na floresta – muitas vezes, inundada – tornam-se mais difíceis. Nessa Época, nada se colhe nas roças. Ao contrário, no verão quando as águas baixam, as chuvas são menos intensas ou até mesmo se interrompem por algum tempo.

Em resumo, o crescimento do extrativismo enquanto modelo econômico irá provocar inquietações em políticos, mudanças de hábitos e reestruturações das cidades.

Os próprios viajantes, guiados por valores desenvolvimentistas, traduzidos na posse e valorização das terras, já relatavam em suas narrativas os males que a borracha trazia. A exemplo, Orville Derby, geólogo e geógrafo estadunidense que percorreu a região dos seringais marajoaras no ano de 1871, constata que:

⁹ Para Souza (1995 apud CHAGAS, p. 18), “o território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado.”

[...] ha muitas terras férteis pela humidade e calor que n'ella reinam, grande variedade de madeiras estimadas, para construções, numerosas plantas úteis á medicina e a indústria, e uma quantidade extraordinário de seringueiras (*Simphonia elástica*), comm cujo succo se prepara a borracha do comercio. Esta parte tem sido considerada o *Eldorado* dos Seringueiros, cabendo-lhe muito melhor o nome de *cemitério* da indústria e civilização da província, pelo mal que faz a população o fabrico da borracha. (DERBY, 1998, p. 167).

Nota-se a analogia com o *Eldorado* utilizada pelo viajante para mostrar a “mina de ouro” que se apresentava a região aos olhos dos seringueiros, entretanto, Derby lança seu olhar e a caracteriza enquanto cemitério, lugar morto, de gente morta, estando enterradas lá a indústria e a civilização, ou seja, o seringal era local que levava a barbárie.

Prosseguindo, como já evidenciado em momento anterior, a região marajoara viveu na contramão da dinâmica de ampliação e de benfeitorias promovidas pelos lucros da borracha, as suas vilas na segunda metade do século XIX, entram em decadência, a população vai as florestas por seis meses na busca da goma elástica e as urbes viram cidades fantasmas, desabitadas e destruídas. Assim, é interessante perceber é que a representação das vilas pelos viajantes se condicionam a temporalidades, se inicialmente se produziam relatos favoráveis, agora estes em sua maioria são contrários.

Um dos viajantes que passaram por esta região na segunda metade do século XIX foi Charles Frederick Hartt, geólogo canadense que dirigiu o Museu Nacional no Rio de Janeiro e coordenou a Comissão Geológica do Império do Brasil. Em seu texto, ele relata suas impressões sobre a vila de Gurupá e sua decadência no período da *Belle Époque*:

A villa é pequena, meio deserta desde que começou a apparecer a febre da extracção da borracha, está em ruinas. É muito insalubre, predominando as febres, o que não é para admirar, visto como toda a visinhança é pantanosa. As vezes a localidade esta inteiramente abandonada e o commandante do *Jurupense* me disse que, uma vez, achou só tres pessoas na villa, estando uma d'ellas a ponto de morrer de fome.[...] (HARTT, 1898, p. 179).

Aliada ao despovoamento, as febres castigam ainda mais as vilas marajoaras, os poucos habitantes que restam entram em “moléstia”. A cena descrita por Hartt mostra uma cidade em falência, a ponto de desaparecer, pois perdeu sua dinâmica, sua população e, ainda mais, sofre com epidemias de febres.

A doença, aliás, não é restrita à década de 1870, o casal Agassiz, já na década de 1860 relata tal mal. Em suas palavras sobre a mesma cidade dizem:

Esta vila está situada numa barranca pouco elevada, a uns trinta pés acima do nível do rio. Na parte saliente dessa barranca, encontra-se um forte abandonado; em frente, abre-se a praça em que está a igreja, muito grande e, pelo menos aparentemente, em bom estado. Mas a povoação evidentemente não está a caminho da prosperidade. Muitas casas se acham desertas e em ruínas e parece existir aqui ainda menos atividade do que na maior parte das povoações da Amazônia. Falaram-nos muito da insalubridade do local e vimos vários casos graves de febre intermitente em mais de uma casa em que entramos. Enquanto Agassiz visitava o subdelegado de polícia, retido no leito por essa doença, convidaram-me para repousar na varanda de uma casa vizinha, com aparência bastante bonita e atraente. Dava para um jardim cheio de sol, onde as bananeiras, as laranjeiras, as palmeiras floriam profusamente. A anciã que me recebeu queixava-se, porém, amargamente da umidade e sua tosse rouca, seus reumatismos davam disso testemunho. Numa rede suspensa na varanda, estava deitado um homem que a febre reduzira a um esqueleto. (AGASSIZ, 2000, p. 354-5).

Podemos dizer a cidade de Gurupá foi atingida por moléstias e teve sua quase ruína antecedentemente as outras vilas. Paralelamente, a narrativa permite notar a eleição, por parte dos viajantes de lugares de memória ao serem destacadas a praça central, a igreja e o forte. Para além de sua materialidade, estes locais possuem a singular capacidade de relatar relações afetivas de populações locais.

Em cidades pequenas e de poucos habitantes, como é caso de muitas cidades marajoaras, locais como igrejas, praças, bares e trapiches possuem importância incontestáveis nas relações cotidianas desempenhadas por seus agentes sociais, pois, configuram-se como palcos de acontecimentos de suas intimidades: namoros, amizades, entre outros. (SILVA, 2013, p. 53).

Nos relatos, serão evidenciados, principalmente, aspectos urbanísticos que viabilizem percepções patrimoniais materiais, tendo destaque igrejas, praças, prédios oficiais, cadeias, etc.

Da mesma forma que os textos da literatura de viagem, jornais da época também expunham relatos de seus colaboradores sobre as realidades locais. Em um destes, a vila de Gurupá ganha destaque,

Hontem cheguei, e assim que desembarquei, cuidei de ir dar um passeio e distrahir um pouco, pensando todavia encontrar cousas mais agradáveis do que lá no mato d'onde vim; porem enganei-me redondamente; porque no momento de transpor o limiar da porta,

fiquei espantadíssimo vendo o deplorável estado d'essa villa, com suas ruas e praças todas cobertas de mato, as paredes d'algumas casas ocultas sob as trepadeiras, e outras esverdeadas, proveniente das vigorosas chuvas; finalmente, mostrando em tudo um aspecto medonho e sepulchral; por isso segui sempre caminhando para o lado da câmara municipal, e não imagina v. s. o susto que tive, quando voltando-me para o lado direito, vejo de ir saíndo de entre o matto um homem, qua a principio tomei como um bicho em forma humana, com as faces e olhos escovados, cabelos em desalinho e mui crescidos caminhando cabisbaixo e nú completamente. (O Liberal do Pará¹⁰, N. 47. Quinta feira, 27 de fevereiro de 1873, p. 2).

A descrição mostra uma cidade tomada pelo abandono, aparentemente deserta, sem cuidados. Exaltando ainda mais a morbidade do local, é apontado determinado sujeito que, se equiparando a ambientação, também se mostra abandonado. É de extrema importância mencionar que a matéria é assinada por um “Gurupaense”, natural da cidade e que se abisma ao ver a situação da localidade e busca, no jornal, chamar atenção da instituição pública para tal realidade.

Vale ainda ressaltar que a eleição desta narrativa, apesar de inserida em um jornal, poderia ser circunscrita na categoria literatura de viagem, pois possui as singulares características daquele gênero. Ainda mais, a extração ganha importância na medida em que relata as impressões pessoais de um próprio agente local.

É interessante notarmos a eleição dos locais de memória pelo “gurupaense”, as ruas, praças e o prédio da câmara. Poderíamos inferir também a expectativa do local em retornar a sua cidade, esperando encontrar uma situação favorável em contraste a das matas em que passa a maior parte do tempo.

Em outras matérias jornalísticas que assumem o mesmo caráter literário, podemos evidenciar ainda outra “moléstia”: a corrupção da igreja. Desta vez, das letras do jornal emerge a cidade de São Sebastião da Boa Vista com uma situação peculiar. Lá um padre recolhe dinheiro da população com discurso de que faria reparo externo da Igreja matriz da região, mas não efetua o prometido.

[...] a nossa igreja esta ate hoje com a forma exterior que não se pode ver, e arriscada a ficar em ossos com as chuvas que começam a cahir. O rev. não cuida da religião, serve-se, como elle mesmo diz, do seu ministerio para interesse puramente seu, e que por tralhas ou por

¹⁰ Jornal diário, político, comercial e noticioso. Órgão do Partido Liberal do Pará. Propriedade de Manoel Antônio Monteiro. Suspendeu publicação em período não identificado, reiniciando-a em setembro de 1869, sob a redação de José Antônio Ernesto Paragassu. Substituiu o periódico o “Jornal do Amazonas”. Saiu de circulação após a proclamação da república em 1889. Em 1890 reapareceu com o título “O Democrata”.

malhas enriquecer para ir dar um passeio á Europa, tendo ja elevado o preço das missas, casamentos, baptisados, e enterros, recebendo por cada missa a canto-chão (10:000 reis) dez mil reis de pé d'altar, o que n'outras freguezias custa quatro a seis mil reis; por cada casamento dezesseis e vinte mil reis (O Liberal do Pará, nº 13, 17 de janeiro de 1871, p. 01).

Nota-se que, segundo a pena do jornalista de O Liberal do Pará, o padre se apropriava da boa vontade e crença da população para com a igreja matriz e seu padroeiro, visando arrancar dividendos com fins pessoais. Ainda na matéria é possível destacar dois aspectos: o primeiro é a frágil situação da igreja; com as chuvas que se aproximavam da região, era quase impossível o templo manter-se em pé frente ao seu estado de degradação. O segundo aspecto é a representação afetiva que a sociedade local revela pelo patrimônio religioso.

A matéria é fruto de uma carta anônima encaminhada à redação do jornal, publicada na íntegra, que expressa severas críticas às práticas do reverendo. Brota das letras do jornal, um sentimento de revolta e condenação, por parte dos boavistenses, acerca da postura do padre, destacando-se não apenas atitudes de ganância, autoritarismo e avareza, mas pouco cuidado com o patrimônio religioso em seu templo e diversidade de equipamentos, como se pode acompanhar na referida matéria: “A igreja conserva quasi sempre immunda não tendo sido uma só vez lavada, e bem pouca varridas aos domingos; os paramentos estão quasi sempre sujos; o nosso vigario olha-os só na ocasião de ir dizer a missa, estejam como estiver” (O Liberal do Pará, nº 13, 17 de janeiro de 1871, p. 01).

A religião católica exercia grande influência na representação patrimonial afetiva e oficial das cidades marajoaras. Encontra-se em matéria referente a São Sebastião da Boa Vista uma queixa ao mesmo frade da matéria anterior, desta vez destacando:

Pergunta-se ao padre Matheus Augusto da Silva Fança, se ainda não encontrou uma imagem de S. Sebastião, a medida de seu desejo, e bem perfeito, para empregar as esmolas que nesta freguezia pedio; dizendo que queria substituir o nosso antigo e bem milagroso, por um maior e mais perfeito. Pelos mezes q' ha decorrido parece mais ser para substituir a mãe do sol (O Liberal do Para, nº 247, 29 de Outubro de 1870, p. 01).

Tal matéria é complementada pela seguinte:

[...] assevero-lhe que o revm. recebeu o dinheiro para mandar vir uma imagem de S. Sebastião mais perfeita que do nosso milagroso,

e que é falso ter promovido outra subscrição, porque a primeira não chegasse; que o revm. tem estado calado com esse dinheiro sem dar razões aos contribuintes, por que não tem mandado vir a imagem (O Liberal do Pará, nº 13, 17 de janeiro de 1871, p. 01).

O santo em questão assume papel de destaque na vida dos moradores de São Sebastião da Boa Vista. Para além das promessas não cumpridas do padre e as críticas a sua postura, o padroeiro dos boa-vistenses aparece como importante patrimônio afetivo do lugar.

Dentro da literatura que analisamos, compreendemos que as fontes tem capacidade de mostrar aos estudos museológicos, cotidianos, cultura, tradições, memórias e identidades. Revelando dinâmicas específicas da Amazônia Marajoara para com seu patrimônio natural e edificado.

Percebemos as possibilidades museológicas contidas nas narrativas, atentando para formação de um discursos sobre o “outro”, e buscamos compreender os livros, diários, cartas e revistas enquanto um museu em sua feição conceitual.

CONCLUSÃO

Os museus, para além de sua existência física, também podem expressar-se enquanto fenómeno a partir de seu aspecto conceitual. A musealidade por trás de textos é um exemplo de tal expressão.

O objeto musealizado vira suporte de informações, ou seja, se torna um documento e, para além disso, ele também possui ancoragens em sua materialidade, reverberadas em memórias de grupos que busca expressar. Ao ser inserido em um museu, o objeto ganha novas significações e é apresentado de acordo com um sistema discursivo eleito por determinados agentes.

Da mesma forma, os viajantes, ao buscarem captar e traduzir em textos as realidades com que entram em contato, estão musealizando fatos e memórias. Seus suportes materiais, os livros, boletins, diários e revistas, transformam-se assim em grandes museus, cujas coleções são as narrativas ali contidas.

Analogamente ao chamado discurso expositivo, os viajantes também tinham uma forma singular de retratar o que viam. Estes relatos estão cheios de condicionantes culturais, impressos de forma voluntária ou não, apresentando-se de acordo com os referenciais culturais que cada viajante possuía.

Poderíamos a uma primeira vista, taxar estes textos como preconceituosos, eurocêtricos, xenofóbicos e racistas e com isso duvidar de suas capacidades de falarem por e sobre o “outro”. Como diz Constantino (2012, p. 13),

Considerados alguns aspectos específicos, percebe-se que os olhares dos viajantes são etnocêtricos, porque são influenciados por um *dispositivo* que, segundo Foucault, reagrupa determinado conjunto de crenças, valores ou representações, próprios de determinada época e de determinado grupo social.

Entretanto, se ultrapassarmos a barreira nacionalista vamos poder perceber que estes textos possuem singular capacidade de dar visibilidade a aspectos da vida social, política e cultural dos locais por eles narrados.

É necessário analisarmos as possibilidades museológicas, históricas e antropológicas por trás dos textos, mapeando de que maneiras as imagens são formadas, ou seja, não mais entender estas fontes como reducionistas e totalizantes, mas sim compreender a forma como o “outro” foi narrado, de que maneira o discurso foi dirigido e como foi construída esta imagem.

Como dito por Chagas (1988), museus não são simples locais de preservação da memória, mas também uma arena de conflitos. Devemos ter em mente que narrar é também um jogo político, onde tencionam-se a memória e o esquecimento, em uma batalhar de luz e sombra, onde o viajantes, que muitas vezes escrevia seu livro anos após ter visitado um local, tem que se prender a pontos de memória (diários de campo) e ai é que é posta na arena as duas categorias para o embate.

Esta constatação não tem em momento algum a pretensão de apontar erros ou acertos na (re)construção literária e museológica dos viajantes, mas sim apontar justamente a presença da “gota de sangue” (CHAGAS, 1988) que cada museu tem.

No episódio *Não há tempo para o amor* do desenho *A turma do Charlie Brown*, onde a classe tem como dever de casa ir a um museu e escrever um relatório, contudo por engano acabam sendo levados a um supermercado, e as realidades acabam sendo cruzadas. Mário Chagas (1994), ao analisar o desenho com uma perspectiva museológica, chega à conclusão de que o fato museal tem possibilidade de ocorrer para além das dimensões físicas do museu-instituição (SILVA, 2013).

Assim, buscamos perceber que a literatura de viagem produzida durante o século XIX que buscam representar a região marajoara, mais que simples relatos, tem a singular disposição de uma existência museológica, não somente enquanto acervo de um museu, mas sim enquanto o próprio museu conceitual dinâmico, aberto e representativo.

FONTES DE PESQUISA

O Liberal do Pará, nº 146, 04 de julho de 1871, p. 02

O Liberal do Pará, nº 13, 17 de janeiro de 1871, p. 01

O Liberal do Pará, nº 13, 17 de janeiro de 1871, p. 01

O Liberal do Para, nº 247, 29 de Outubro de 1870, p. 01

O Liberal do Pará, nº 13, 17 de janeiro de 1871, p. 01

MARAJÓ, Barão de. **As regiões amazônicas**: Estudos Chorographicos dos Estados do Gram Pará e Amazonas. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva, 1896.

PRÚSSIA, Adalberto Príncipe da. **Brasil: Amazônia–Xingu**. Tradução de Eduardo de Lima e Castro. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph. AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

WALLACE, Alfred Russel. **Viagens pelo Amazonas e Rio Negro**. Notas de Basílio de Magalhães. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no rio Amazonas**. Belo Horizonte: editora Itatiaia. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo. 1979.

GOELDI, Emilio A. Maravilhas da Natureza na Ilha de Marajó. In. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia**. Tomo III. F 1-4. Typographia de Alfredo Silva & comp. Pará – Brasil, 1902.

AVE-LALLEMANT, Robert. **Viagem pelo norte do Brasil no Ano de 1859**. 2 vol. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1961.

DERBY, Orville A. A ilha de Marajó. In. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia**. Tomo II. F 1-4. Typographia de Alfredo Silva & comp. Pará – Brasil, 1898.

HARTT, Charles F. A região de Breves. In. **Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia**. Tomo II. F 1-4. Typographia de Alfredo Silva & comp. Pará – Brasil, 1898.

BUENO, M. A. Pimenta. **Indústria Extrativa**. A Borracha, considerações por M. A. Pimenta Bueno. Typ. de Francisco da Costa Júnior, 1882.

REFERÊNCIAS

- _____. **Conceitos-chave de Museologia**. André Desvallées e François Mairesse, editores; Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.
- ALVES, Alexandre. OLIVEIRA, Leticia Fagundes de. **Conexões com a História**. 1. Ed. São Paulo: Moderna, 2010.
- ANDRADE, Maristela Oliveira de. O uso de fontes da literatura de viagem no ensino de História: contribuição para interpretar a história cultural brasileira. In: **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, 2005.
- ARAÚJO, Lucas Monteiro de. PACHECO, Agenor Sarraf. **Marajós Sobre Relatos: Economia, Poder e Patrimônio nos Marajós Antes da Belle Époque**. In: **Anais XXV Seminário de Iniciação Científica da UFPA**, 2014, Belém. Ciências Humanas. Belém, UFPA, 2014.
- ARAÚJO, Lucas Monteiro de. PACHECO, Agenor Sarraf. **Nas Margens da Belle Époque Amazônica: Patrimônio e Relações de Poder nos Marajós**. **Anais XXV Seminário de Iniciação Científica da UFPA**, 2014, Belém. Ciências Humanas. Belém, UFPA, 2013.
- BALÉE, William. Sobre a Indigeneidade das Paisagens. In: **Revista de Arqueologia**, 21, n.2, 2008, pp. 09-23.
- BELUZZO, A. M. **A propósito d'o Brasil dos viajantes**. USP/Coordenadoria de Comunicação Social. Universidade de São Paulo. Número 30. ISSN 0103-9989, Junho/Julho/Agosto, SP: USP, 1996.
- BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Organizado por Celso Castro. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.
- BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- BURKE, Peter. The discreet charm of Milan: English travellers in the seventeenth century. In: **Varieties of Cultural History**. New York: Cornell University Press, 1997.
- CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Tradução Luiz Sérgio Henrique. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. In: **MANA** 2(2), 1996, pp. 115-144.
- CHAGAS, Mario de Souza. **A imaginação museal: Museu, memória e poder em Gustavo Barros, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

CHAGAS, Mário de Souza. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 31, 2005, pp. 14-25.

CHAGAS, Mário de Souza. No museu com a turma de Charlie Brown. **Cadernos de Museologia**. Nº 2 – 1994, pp. 49-65.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural** – Entre práticas e representações. Lisboa; Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. Nação como semióforo. In. CHAUÍ, Marilena. Brasil, **Mito Fundador e Sociedade Autoritária**. 4. ed. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2001.

CONSTANTINO, Núcia Santoro de (org). **Relatos de viagem como fontes a história**. Porto Alegre: EdPUCRS, 2012.

COSTA, Kelerson Semerene. Templos de Tânatos, templos de Eros: a exploração da tartaruga nas praias amazônicas. In. FRANCO, José Luiz de Andrade et. al (Orgs.). **História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CURY, Marília Xavier. Museu, filho de Orfeu. In. **VIII Encontro Regional do ICOFOM LAM: Museologia, Filosofia e Identidade na América Latina e Caribe**. Coro, Venezuela, 1999.

DOMINGUES, A. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. In. **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 2001, pp. 823-38.

ECKARDT, Isadora. A perspectiva científica da literatura de viagem do século XIX: Auguste de Saint-Hilaire. In. **Estação Literária**. Vagão-volume 4, 2009. Disponível em < <http://www.uel.br/pos/letras/EL>>.

ENNES, Elisa Guimarães. **A narrativa na exposição museológica**. 2003.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. A "**civilização**" dos índios e a formação do território do Brasil. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_073.html>

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisa: como fazer uma pesquisa qualitativa em Ciências Sociais** / Mirian Goldenberg. 11. Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2009.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX. **Nova Economia**. Belo Horizonte. n. 19, janeiro-abril de 2009, pp. 185-212.

GUIMARÃES, Leandro Belinaso. WORTMANN, Maria Lucia Castagna. Passando a limpo a Amazônia através da literatura de viagem: ensinando modos de ver. **REP - Revista Espaço Pedagógico**, v. 17, n. 2, Passo Fundo, jul./dez. 2010, pp. 306-318.

KURY, Lorelai B. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 41, 2001, pp. 157-172.

LIMA Diana. Museologia e Patrimônio Interdisciplinar do campo: história de um desenho inter(ativo). In: **ANCIB**; PPGCI-UFBA. (Org.). ENANCIB 2007 (8) ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (8), 2007, Salvador. GT- Debates em Museologia e Patrimônio. Salvador: ANCIB; PPGCI-UFBA, 2007.

LISBOA, Pedro Luiz Braga. **A terra dos Aruã**: uma história ecológica do arquipélago do Marajó. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.

LOUREIRO, Jose Mauro Matheus. Entre “natureza morta” e cultura viva: os museus de história natural. **REVISTA DA SBHC**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul/dez 2007, pp. 159-172.

LOURENÇO, Maria Cecília França. **Museus Acolhem o Moderno**. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

MELO, Josiane Martins; PACHECO, Agenor. Sob o Signo de Aquário: o Patrimônio Marajoara em Tempos de Belle Époque. **Anais do XXIV Seminário de Iniciação Científica da UFPA** – Belém, 2013.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A exposição museológica: reflexões sobre pontos críticos na prática contemporânea. **Ciências em Museus**, 4, 1992, pp. 103-120.

MOREIRA LEITE, M. **A condição feminina no Rio de Janeiro século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró- Memória, 1984.

_____. **Livros de viagem: 1803-1900**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MOREIRA, Bruno Alessandro Gusmão. Os relatos dos viajantes estrangeiros no Brasil oitocentista: possibilidade historiográficas. **Ciclo de Estudos Históricos**. n. 20. Ilhéus. Anais: Ilhéus: UESC, 2009.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. **Encontros Com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 11, 1979, pp. 101-140.

PACHECO, Agenor Sarraf; SILVA, Jaddson Luiz Sousa. Nas Margens do Patrimônio Marajoara. **Anais Eletrônicos do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH**, 2013. v. 01, pp. 01-18.

PACHECO, Agenor Sarraf. Cosmologias Afroindígenas na Amazônia Marajoara. **Projeto História**. São Paulo, n. 44, jun. 2012, pp. 197-226.

PACHECO, Agenor Sarraf. As Áfricas nos Marajós: visões, fugas e redes de contatos. In. SCHAAN, Denise Pahl, MARTINS, Cristiane Pires (Orgs.) **Muito além dos campos**: arqueologia e história na Amazônia Marajoara. Belém: GKNORONHA, 2010, pp. 33-71.

PACHECO, Agenor Sarraf. A Conquista do Ocidente Marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas In. SCHAAN, Denise Pahl, MARTINS, Cristiane Pires (Orgs.) **Muito além dos campos**: arqueologia e história na Amazônia Marajoara. Belém: GKNORONHA, 2010, pp. 13-32.

PACHECO, Agenor Sarraf. Oralidades e letras em encontros nos “Marajós”: ribeirinhos e religiosos urdindo identidades culturais. **Coletâneas do Nosso Tempo, Rondonópolis** - MT, v. VII, nº 7, 2008, pp. 15-38.

PACHECO, Agenor Sarraf. **À Margem dos “Marajós”**: cotidiano, memórias e imagens da “cidade-floresta” Melgaço-PA. Belém: Paka-Tatu, 2006

PIERANO, Mariza. G. S. Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada). In. **MICELI**, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: Sumaré, 1999, pp. 225-266.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

RICCI, Magda. Do Patriotismo à Revolução: História da Cabanagem na Amzônia. In. **Contando a História do Pará**, v. I: da conquista a sociedade da borracha (séculos XVI-XIX). Vários autores. Belém: E. Motion, 2002, pp. 225-266.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Tradução Denise Bottmann. — São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SARAT, Magda. “Literatura de viagem”: olhares sobre o brasil nos registros dos viajantes estrangeiros. In. **UNESP – FCLAs – CEDAP**, v.7, n.2, p. 33-54, dez. 2011.

SCHEINER, Tereza Cristina. **Museologia e Interpretação da Realidade**: O discurso da História. Disponível em: <http://www.lrz.de/~iims/icofom/provocativeterezaportuguese.pdf>.

SILVA, Jaddson Luiz Sousa. **A Poética Museal de Antônio Juraci Siqueira**. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Arte, Faculdade de Artes Visuais, (Museologia), Belém, 2013.

SOARES. Eliane Cristina Lopes. **Roceiros e vaqueiros na Ilha Grande de Joanes no período colonial**. Universidade Federal do Pará/ NAEA, 2002. Dissertação.

SUANO, Marlene. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986, 101p.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez Ed. 2000.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. In. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 29 - Especial, 2011, pp. 107 – 121.

TAYLOR, Francis. The Museum Journal. Londres, 1938. In: **Política Nacional de Museus** - Formação e Capacitação -Projeto-Bahia - Eixo 3 - Museologia.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito. **Mana** 12(1), 2006, pp. 237 – 248.

ZUBARAN, Maria Angélica. O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul no século XIX. **Anos 90**. Porto Alegre, n 12, dezembro de 1999, pp. 17-33.